



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



GUILHERME SANTIAGO GAMA

ITABERABA – BA: DO SISTEMA PRODUTIVO DO ABACAXI À POSSIBILIDADE
DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

SALVADOR
2025

GUILHERME SANTIAGO GAMA

ITABERABA – BA: DO SISTEMA PRODUTIVO DO ABACAXI À POSSIBILIDADE
DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação apresentado ao Colegiado de Geografia, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas

SALVADOR

2025

Ficha de identificação da obra

A ficha de identificação geralmente é elaborada pela biblioteca da Instituição de Ensino.

GUILHERME SANTIAGO GAMA

ITABERABA – BA: DO SISTEMA PRODUTIVO DO ABACAXI À POSSIBILIDADE DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Geografia da
Universidade Federal da Bahia como pré-
requisito para a obtenção do Título de Bacharel
em Geografia pela seguinte banca
examinadora:



Documento assinado digitalmente

ALCIDES DOS SANTOS CALDAS

Data: 08/02/2025 07:56:32-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas Orientador
– UFBA



Documento assinado digitalmente

MARCEL AZEVEDO BATISTA DALEXANDRIA

Data: 12/02/2025 09:47:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcel Azevedo Batista D´Alexandria
UNIFAL



Documento assinado digitalmente

JOSE PEREIRA MASCARENHAS BISNETO

Data: 10/02/2025 08:05:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Pereira Mascarenhas Bisneto
UFRB

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos meus pais Gama e Carla pela educação, apoio e base sólida que me deram condições de seguir minha trajetória.

À minha esposa Nathalia pelo apoio, amor incondicional e compreensão demonstrada durante todo o período do trabalho e muito mais.

Agradeço a meu filho Francisco, que em tão pouco tempo já me transformou profundamente, obrigado por tanto.

Agradeço ao meu orientador Alcides Caldas por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa, pela paciência e compreensão necessária para conclusão do mesmo num período tão exaustivo de minha vida.

Também agradeço aos meus amigos que estiveram presentes durante o curso e em minha vida como um todo, contribuindo cada um a seu modo.

A todos os meus professores do curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia, pela excelência da profissão que cada um exerce com maestria e por me formar como profissional que sou hoje.

RESUMO

A produção de abacaxi no município de Itaberaba, na Bahia, é um componente significativo da economia local, impactando diretamente a geração de empregos e a renda rural. A relevância desse município na produção estadual de abacaxi, destacando-se em termos de quantidade e qualidade, desperta o interesse em compreender os fatores que influenciam essa atividade. Portanto, o objetivo do presente estudo foi analisar a produção de abacaxi no município de Itaberaba, compreendendo os fatores que impactam essa produção e as condições de trabalho dos produtores, além de investigar a importância econômica de Itaberaba na produção de abacaxi no estado da Bahia. A pesquisa foi conduzida utilizando uma abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso no município de Itaberaba, com o intuito de compreender a dinâmica da produção de abacaxi local. Foram realizadas entrevistas com produtores e visitas a áreas de cultivo, além da análise de dados secundários, como estatísticas de produção e informações fornecidas por cooperativas locais. A análise foi feita de forma descritiva e interpretativa, visando identificar padrões nas práticas agrícolas e nas condições de trabalho dos produtores. A pesquisa revelou que Itaberaba se destaca pela grande produção de abacaxi, com uma produção de 24.065 toneladas (IBGE, 2023). No entanto, também foram identificados desafios, como dificuldades no acesso a recursos e a ausência de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de trabalho dos agricultores. A relação entre os produtores e as cooperativas foi fundamental para a organização da produção e a busca por soluções para os problemas enfrentados. Além disso, observou-se que a crescente notoriedade da qualidade do abacaxi de Itaberaba apresenta um grande potencial para a obtenção de uma indicação geográfica. Assim, o estudo confirma a relevância do município de Itaberaba na produção de abacaxi, mas também destaca os desafios que impactam a sustentabilidade dessa produção. A melhoria das condições de trabalho e a implementação de políticas públicas são essenciais para garantir o desenvolvimento sustentável da atividade. O potencial para uma indicação geográfica pode agregar valor à produção local, beneficiando a economia e os produtores do município.

Palavras-chave: *Ananas comusus*, Produção agrícola; Semi-árido; Bahia; Condições de trabalho; Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The pineapple production in the municipality of Itaberaba, in Bahia, is a significant component of the local economy, directly impacting job generation and rural income. The importance of this municipality in the state's pineapple production, standing out in terms of quantity and quality, raises interest in understanding the factors that influence this activity. Therefore, the objective of this study was to analyze pineapple production in the municipality of Itaberaba, understanding the factors that impact this production and the working conditions of producers, in addition to investigating the economic importance of Itaberaba in pineapple production in the state of Bahia. The research was conducted using a qualitative approach, through a case study in the municipality of Itaberaba, aiming to understand the dynamics of local pineapple production. Interviews were conducted with producers, and visits were made to cultivation areas, in addition to analyzing secondary data, such as production statistics and information provided by local cooperatives. The analysis was descriptive and interpretive, aiming to identify patterns in agricultural practices and the working conditions of producers. The research revealed that Itaberaba stands out for its large pineapple production, with a production of 24,065 tons in 2023. However, challenges were also identified, such as difficulties in accessing resources and the absence of public policies aimed at improving the working conditions of farmers. The relationship between producers and cooperatives was crucial for organizing production and seeking solutions to the problems faced. Furthermore, it was observed that the increasing recognition of the quality of Itaberaba's pineapples presents a great potential for obtaining a geographical indication. Thus, the study confirms the relevance of Itaberaba in pineapple production but also highlights the challenges that impact the sustainability of this production. Improving working conditions and implementing public policies are essential to ensure the sustainable development of the activity. The potential for a geographical indication could add value to the local production, benefiting the economy and the producers of the municipality.

Keywords: *Ananas comusus*; Agricultural production; Semi-arid; Bahia; Working conditions; Rural development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:Mapa de localização do município de Itaberaba em relação a capital do estado e demais municípios.	18
Figura 2:Cidade de Itaberaba, portal da Chapada	19
Figura 3:Centro da cidade do Município de Itaberaba.	20
Figura 4:Distribuição populacional do município de Itaberaba.	20
Figura 5:Rodovias do interior da Bahia.	21
Figura 6:Território identidade do piemonte do paraguassu.	21
Figura 7:Distribuição pluviométrica no município de Itaberaba de 1991 a 2021.	24
Figura 8:Escala climática do município de Itaberaba	25
Figura 9:Mapa de solos da Bahia.	26
Figura 10:Depressão sertaneja transição entre o bloco Jequié e o Bloco Itabuna-Salvador-Curaça.	27
Figura 11:Área alagada da barragem de saracura ou Vilobaldo Alencar.	28
Figura 12:Imagem das pontes sobre o Rio Paraguaçu em laço.	28
Figura 13:Carta Geológica de Itaberaba - Rochas do Mesoarqueano da Fazenda Cibigado	29
Figura 14: Produção de Abacaxi de Itaberaba no Contexto Nacional (2023).	41
Figura 15:Produção de Abacaxi de Itaberaba no Contexto Baiano (2023).	42
Figura 16:Maiores produtores de abacaxi na Bahia em 2023.	43
Figura 17:Abacaxi in natura produzido no município de Itaberaba e o abacaxi desidratado embalado pela Coopaita.	45
Figura 18:Campeonato de Futebol de Itaberaba com a referência ao Abacaxi, símbolo cultural da cidade	50
Figura 19: Abacaxi produzido no município de Itaberaba.	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Onze Maiores Produtores de Abacaxi no Mundo.....	37
Tabela 2 – Cinco Maiores Exportadores de Abacaxi no Mundo	37
Tabela 3 – produção do abacaxi pelos estados entre 2013 e 2023, destacando os estados com maior crescimento.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IG – Indicação Geográfica.

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FAOSTAT – Food and Agriculture Organization Statistics.

COOPAITA – Cooperativa Agropecuária de Itaberaba.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CONTEXTO SOCIAL E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ITABERABA-BA	18
2. INÍCIO E CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO: APOIO INSTITUCIONAL E GOVERNAMENTAL.	30
2.1 Políticas públicas e sustentabilidade agrícola em Itaberaba	31
2.2 Sustentabilidade e Resiliência no Semiárido	32
2.3 Desafios e Perspectivas	35
3.0 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DE ABACAXI: BRASIL, BAHIA E ITABERABA	36
3.1 O Sistema Produtivo do Abacaxi em Itaberaba	43
3.2 A Cultura Agrícola do Abacaxi em Itaberaba	46
3.3 A relação entre a produção do Abacaxi de Itaberaba e sua origem geográfica	48
4 ANÁLISE DE VIABILIDADE PARA A O REGISTRO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO ABACAXI DE ITABERABA	53
4.1 A Indicação Geográfica (IG) como Estratégia de Proteção e Valorização	53
4.2 Desafios e Oportunidades para a Implementação da IG	55
4.3 Indicação Geográfica (IG) como Ferramenta de Valorização	56
4.4 Indicação Geográfica e a Propriedade Intelectual	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, a vida no campo brasileiro tornou-se progressivamente menos atrativa, enquanto a vida urbana exerceu e continua exercendo um fascínio sobre diversas gerações que buscam melhores condições de vida. Esse movimento de êxodo rural, marcante no século passado, ainda persiste, evidenciando a necessidade de mecanismos eficazes para o fortalecimento da produção agrícola, fundamentais para a manutenção de uma vida sustentável na zona rural brasileira, especialmente entre os agricultores familiares.

Nesse contexto, é indispensável buscar e lutar por políticas públicas voltadas para os agricultores familiares e para o campo brasileiro como um todo. É necessário utilizar todas as ferramentas disponíveis para fortalecer a produção agrícola e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida daqueles que dependem dela.

A produção agrícola no Brasil, particularmente nas regiões semiáridas, enfrenta desafios significativos, como a escassez de recursos naturais, o acesso limitado a tecnologias e as condições climáticas adversas. Apesar dessas dificuldades, o semiárido baiano, onde está localizado o município de Itaberaba, destaca-se pelo seu grande potencial agrícola (IBGE, 2023).

Itaberaba, situado na Chapada Diamantina, é amplamente reconhecida pela produção de abacaxi, da espécie pérola, uma das principais atividades econômicas da zona rural. A agricultura familiar é responsável por grande parte dessa produção, caracterizada por práticas tradicionais que, ao longo do tempo, originaram um sistema produtivo único e intimamente ligado ao território (Chapada, 2023; Rodrigues *et al.*, 2024).

O abacaxi de Itaberaba possui características que o tornam um produto diferenciado, resultado de um processo de produção que evoluiu por décadas associada aos conhecimentos tradicionais dos agricultores familiares, e também pelo resultado final do fruto frente ao terroir local, um conjunto de fatores geográficos, climáticos e culturais que influenciam a qualidade do produto (Rodrigues *et al.*, 2024). O clima semiárido, o solo arenoso e as práticas agrícolas sustentáveis contribuem para que o abacaxi produzido na região apresente um perfil de sabor e uma qualidade inigualáveis, refletindo diretamente o ambiente de cultivo. Essa relação entre o produto e o território é fundamental para a identidade da

produção local, conferindo-lhe um valor significativo tanto para a economia do município quanto para o fortalecimento da agricultura familiar (Reverso Online, 2025).

Embora o abacaxi de Itaberaba tenha relevância econômica e cultural indiscutível, a produção ainda carece de um reconhecimento formal que valorize suas qualidades associadas ao terroir local. Esse trabalho tem como intenção analisar o conceito de indicação geográfica associado a área de produção agrícola estudada. O caso em questão seria uma Indicação de Procedência (IP), e não uma Denominação de Origem (DO). A diferença entre as duas está no fato de que a IP é atribuída a uma área reconhecida pela produção de determinado produto, enquanto a DO envolve mais fortemente as especificidades do terroir, apesar de este contribuir para a produção local.

A IG, enquanto modalidade de Propriedade Intelectual, ainda é pouco conhecida por muitos cidadãos e até mesmo por produtores agrícolas. Essa ferramenta é utilizada para reconhecer a origem geográfica de um produto ou serviço que tenha alcançado reputação por sua produção ou por suas características naturais, tornando-se um instrumento essencial para o desenvolvimento local.

A Indicação Geográfica (IG) surge, portanto, como uma estratégia para assegurar que as qualidades distintivas do abacaxi de Itaberaba sejam reconhecidas e protegidas. O registro de IG garantiria que o produto fosse vinculado exclusivamente ao território municipal, promovendo a garantia de sua origem e autenticidade, além de abrir novas possibilidades de comercialização, protegendo-o contra imitações e valorizando o trabalho dos agricultores familiares (Lopes *et al.*, [s.d.]).

Nesse contexto, a implementação de uma IG fortaleceria a identidade do Abacaxi de Itaberaba e potencializaria os benefícios socioeconômicos tanto para os produtores quanto para o município. Contudo, os desafios existentes são muitos, uma forma de superá-los seria a utilização de um mecanismo formal de reconhecimento que, poderia ampliar as oportunidades econômicas da produção e proporcionar com que o abacaxi alcance mercados mais amplos. A busca por esse reconhecimento representa uma oportunidade de crescimento para a produção agrícola local, contribuindo para a preservação das práticas agrícolas tradicionais e para o desenvolvimento econômico e social da região.

Objetivo Geral:

- Analisar a importância econômica e social da produção do abacaxi no município de Itaberaba, visando o fortalecimento a partir do registro de indicação geográfica.

Objetivos específicos:

- Analisar a possibilidade de solicitação do registro da indicação geográfica abacaxi de Itaberaba, de acordo com a portaria n. 04, de 22 de janeiro de 2022, estabelecida pelo instituto nacional da propriedade industrial – INPI, para os registros e indicação geográfica no Brasil.
- Analisar, espacializar e elaborar o contexto histórico da produção do abacaxi na área produtora de Itaberaba, compreendendo as relações intrínsecas nos processos de produção, comercialização e distribuição do sistema produtivo
- Identificar a possibilidade de registro de indicação geográfica da produção do abacaxi no município de Itaberaba, segundo as exigências do INPI;

Justificativa

A produção de abacaxi em Itaberaba representa uma das principais atividades econômicas da região, com forte impacto na agricultura familiar e na identidade local. O abacaxi cultivado no município apresenta características únicas e que são agradáveis ao paladar dos consumidores, resultantes da interação entre os elementos naturais da área onde se produz e as práticas agrícolas tradicionais. No entanto, apesar de sua relevância, essa produção carece de um reconhecimento formal que valorize e proteja suas qualidades distintivas, como o registro de uma indicação geográfica.

O registro de uma Indicação Geográfica para o abacaxi de Itaberaba é uma oportunidade estratégica para promover sua autenticidade, fortalecer a economia local e garantir maior competitividade no mercado nacional e internacional. Além

disso, o reconhecimento formal pode contribuir para a padronização de acordo com um caderno de especificações técnicas requerido no processo de registro e consequente preservação das práticas agrícolas que entregam resultados positivos há algumas décadas, promovendo assim melhorias nas condições de vida dos produtores.

Este estudo é relevante porque aborda uma realidade local de grande importância econômica e social, mas que enfrenta desafios significativos, como a dependência de condições climáticas e a falta de infraestrutura de irrigação, a desvalorização do campo brasileiro para os agricultores familiares e a falta de estrutura na produção. Ao propor caminhos para o fortalecimento da produção e do reconhecimento formal do abacaxi de Itaberaba, este trabalho busca oferecer uma contribuição científica e prática tanto para a sociedade em geral e principalmente para os produtores locais.

Metodologia

Este trabalho caracteriza-se como um estudo de caso com base numa pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e exploratória, voltada para o estudo do potencial de registro de Indicação Geográfica (IG) do abacaxi de Itaberaba. A metodologia foi desenvolvida com base na análise de dados secundários, obtidos em fontes confiáveis e pertinentes ao tema, incluindo artigos científicos, livros, documentos institucionais, relatórios técnicos, sites governamentais e artigos de jornais e revistas.

Para a realização da pesquisa, foi conduzido um levantamento bibliográfico em bases de dados nacionais e internacionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Food and Agriculture Organization (FAO), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Essas fontes forneceram informações detalhadas sobre a produção agrícola em Itaberaba, informações e critérios necessários para o registro de uma Indicação Geográfica no Brasil e o conceito de terroir.

Acerca da revisão bibliográfica, foi utilizado um referencial teórico sobre temas da geografia econômica, indicação geográfica, cadeia produtiva, sistema produtivo, sobre aspectos climáticos locais e sobre as políticas públicas voltadas para produção agrícola.

Além disso, foram consultados estudos sobre práticas agrícolas tradicionais, condições climáticas e socioeconômicas do semiárido baiano, com foco na relação entre o território e a qualidade do abacaxi produzido na região. A revisão bibliográfica também incluiu análises sobre os desafios enfrentados pelos agricultores familiares na produção agrícola do Abacaxi de Itaberaba.

A abordagem qualitativa foi adotada para interpretar e contextualizar os dados levantados, permitindo compreender as relações intrínsecas entre o terroir de Itaberaba, a produção de abacaxi e os benefícios potenciais do registro de uma Indicação Geográfica. A pesquisa exploratória foi essencial para identificar lacunas no conhecimento sobre o tema e propor soluções fundamentadas para a valorização do produto local.

É importante ressaltar que houve a tentativa de busca por dados primários em maiores quantidades e qualidades, porém houveram dificuldades metodológicas relacionadas ao período do ano de festividades e recessos, dificuldades de aplicação de questionários com agricultores familiares e também de comunicação facilitada e direta com secretarias municipais. Houve a montagem de um formulário online para aplicação de questionários online com os cooperados mediante intermediação da cooperativa de produtores local porém aparentemente não houve adesão por parte dos cooperados, não constando nenhum formulário preenchido. Existe a possibilidade de dificuldade de comunicação entre a cooperativa e os cooperados, algo que é um problema segundo Rodrigues et al. (2020). O contato direto com as secretarias também foi negado, apesar da tentativa via ligações com a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia (SEAGRI) e também com a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio de Itaberaba, que só possui contato por um telefone fixo que não estava disponível e por email, que ao contactado, obtive resposta já na fase final do trabalho.

A partir dessa metodologia, foi possível estruturar a análise de forma sistemática, garantindo que as informações coletadas fossem organizadas e interpretadas em consonância com os objetivos do estudo. Principalmente analisando em que medida o registro da Indicação Geográfica (IG) pode contribuir para a valorização do abacaxi de Itaberaba, promovendo sua autenticidade e fortalecendo a agricultura familiar local.

Este trabalho encontra-se dividido em 5 capítulos.

Capítulo 1: O contexto social e ambiental do município de Itaberaba- BA. Neste capítulo, são apresentados os aspectos históricos, geográficos e socioeconômicos de Itaberaba, com destaque para sua localização no semiárido baiano e sua relevância na produção de abacaxi.

Capítulo 2: A evolução histórica da produção de Abacaxi: Brasil, Bahia e Itaberaba. Aporta conteúdo estatístico e discute a produção agrícola do Abacaxi em diversas escalas de forma a contextualizar o mercado do fruto associando o mesmo à produção agrícola local e ao conceito de indicação geográfica.

Capítulo 3: Início e crescimento da produção: apoio institucional e governamental. Discute as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e os desafios enfrentados pelos produtores locais, com foco na sustentabilidade e no fortalecimento da produção agrícola no município, associando aos desafios enfrentados e as resistências locais.

Capítulo 4: Viabilidade do Registro de Indicação Geográfica para o Abacaxi de Itaberaba. Analisa os critérios exigidos pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para o registro de Indicação Geográfica e avalia os potenciais benefícios e desafios associados ao processo.

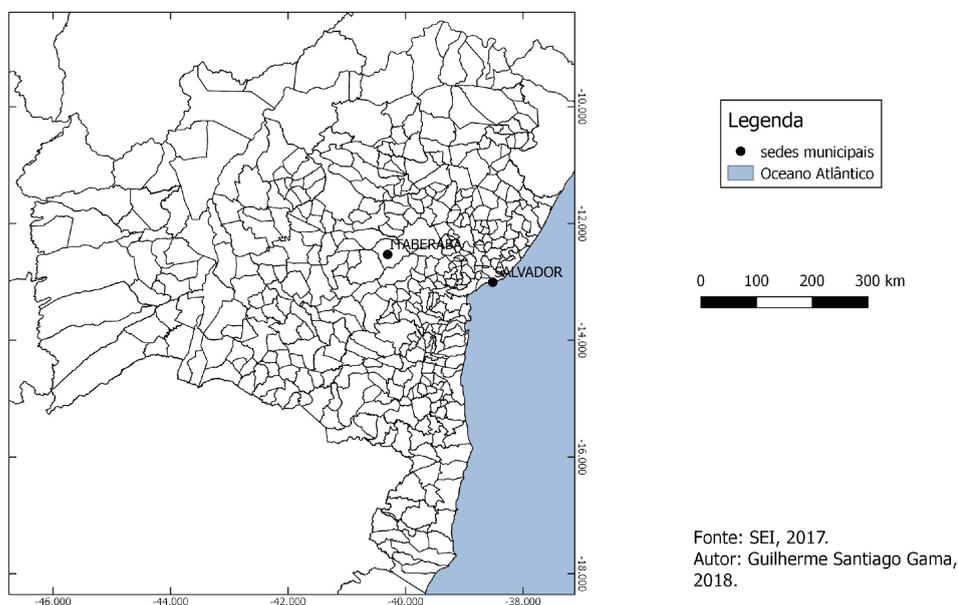
Capítulo 5: Considerações Finais. Apresenta uma síntese dos principais resultados, destacando as contribuições do estudo para o reconhecimento e valorização do abacaxi de Itaberaba.

1 CONTEXTO SOCIAL E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ITABERABA- BA

Analisando o contexto social, o município de Itaberaba alcançou a emancipação política e administrativa no ano de 1877, com a primeira câmara de função executiva e legislativa sendo instalada, porém somente 20 anos após sua emancipação que foi reconhecida como cidade e nomeada como Itaberaba.

O município de Itaberaba está localizado na região semiárida do estado da Bahia, a cerca de 280 km da capital Salvador, sendo acessado pelas rodovias BR-324, BR-116 e BR-242. Sua posição geográfica estratégica, no território de identidade Piemonte do Paraguaçu, confere-lhe uma importância singular na Bahia. Além disso, sua localização privilegiada na entrada da Chapada Diamantina reforça seu título de "Portal da Chapada", consolidando-se como ponto de ligação entre diversas regiões do estado (SEI, 2023). (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização do município de Itaberaba em relação a capital do estado e demais municípios.



A formação de Itaberaba está intimamente ligada à ocupação do território para fins agrícolas e à organização socioeconômica resultante da agricultura familiar. Historicamente, a proximidade com o Rio Paraguaçu desempenhou um papel crucial, facilitando o transporte e a irrigação agrícola, elementos fundamentais para a

fixação das comunidades e a expansão das atividades produtivas no interior baiano (Silva Júnior, 2007).

De acordo com o IBGE (2017), a integração do município ao território de identidade Piemonte do Paraguaçu reflete a importância de Itaberaba como um centro regional de produção agrícola. Esse território, composto por municípios do semiárido baiano, é caracterizado por práticas agrícolas tradicionais, com destaque para o cultivo do abacaxi, cuja cadeia produtiva consolidou a relevância econômica de Itaberaba no estado.

A cidade é conhecida como portal da Chapada, pois quase que obrigatoriamente os turistas oriundos da capital baiana com destino à Chapada Diamantina realizam um trajeto que passa pelo entorno da cidade, apesar de não estar no parque (Câmara Municipal de Itaberaba, 2025).(Figura 2).

Figura 2:Cidade de Itaberaba, portal da Chapada



Fonte:(Câmara Municipal de Itaberaba, 2025)

A sede do município de Itaberaba está localizada entre as coordenadas geográficas aproximadas de latitude 12°31'39" e longitude 40°18'25", a uma altitude média de 265 metros acima do nível do mar, fazendo divisa com os municípios de Ruy Barbosa, Ipirá, Iaçú e Boa Vista do Tupim (Câmara Municipal de Itaberaba, 2025).

A cidade é uma centralidade também em seu território identidade, pois o município, que possui área territorial de 2.386,390 km² e uma população de 65.073

habitantes (IBGE, 2022), está rankeado em 33º no quesito populacional no estado da Bahia, dentro dos 417 existentes, ocupando uma posição de destaque (Figura 3).

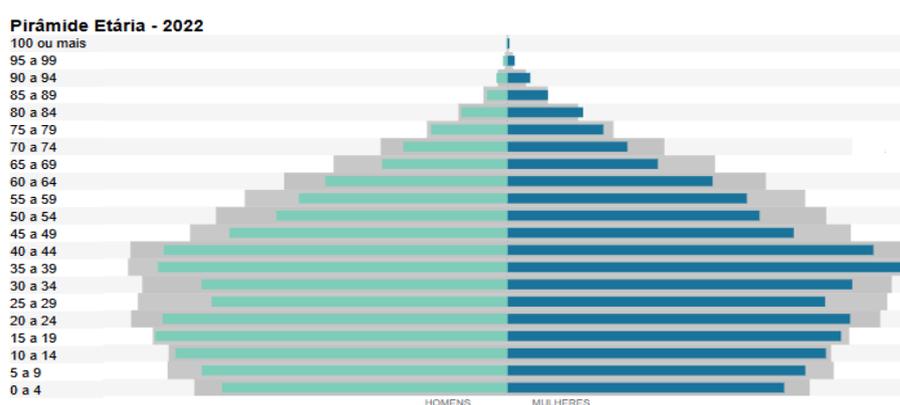
Figura 3: Centro da cidade do Município de Itaberaba.



Fonte: (Câmara Municipal de Itaberaba, 2024).

Analisando a estrutura populacional, abaixo na Figura 4 está a distribuição atual da população por idade e sexo, de acordo com o Censo 2022 do IBGE.

Figura 4: Distribuição populacional do município de Itaberaba.



Fonte: (IBGE, 2022).

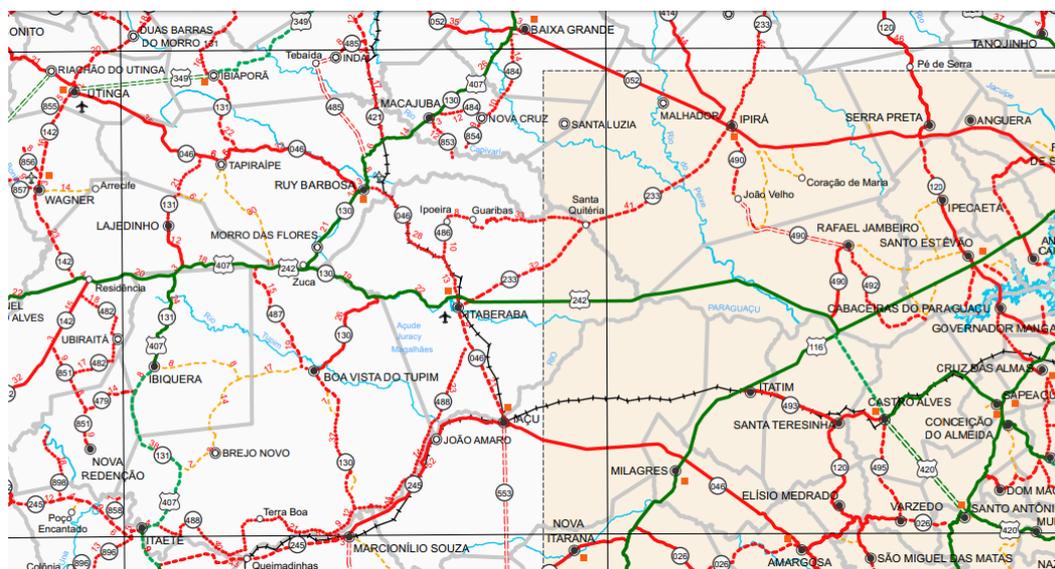
A população atualmente se concentra na faixa de 35 a 44 anos, o que reforça um município ainda relativamente jovem com pessoas em idade ativa. A base da pirâmide e principalmente o meio dela estão mais robustos, o que pode demonstrar uma tendência de envelhecimento futuro da cidade, quando essa população na faixa ativa envelhecer e se manter saudável dentro das possibilidades que os serviços de

saúde da cidade permitem, notando que a cidade está a 163 km de Feira de Santana (IBGE, 2022).

Itaberaba está inserido no território identidade, segundo a regionalização do governo do estado da Bahia, no Piemonte do Paraguaçu, a 280 km de distância da capital do estado de Salvador pela via rodoviária e utilizando se as BR's 324, 116 e 242, respectivamente. (Câmara Municipal de Itaberaba, 2024).

A cidade tem relevância no transporte rodoviário do país, sendo um dos principais entroncamentos da Bahia, com conexões diretas com as maiores vias de escoamento da produção regional, estadual e nacional. Está às margens da BR-242, rodovia transversal brasileira que cruza os estados da Bahia, de Tocantins até o Mato Grosso. O município tem acesso direto a duas importantes estradas: a rodovia BA-052 (Estrada do Feijão), através da BA-233, e também à BR-116, considerada a principal rodovia brasileira, conhecida como RIO-BAHIA, sendo ainda a maior rodovia totalmente pavimentada do país, através da BR-242 e da BA-046, como pode ser observado na imagem retirada do mapa rodoviário da Bahia (IBGE, 2022) (Figura 5).

Figura 5: Rodovias do interior da Bahia.



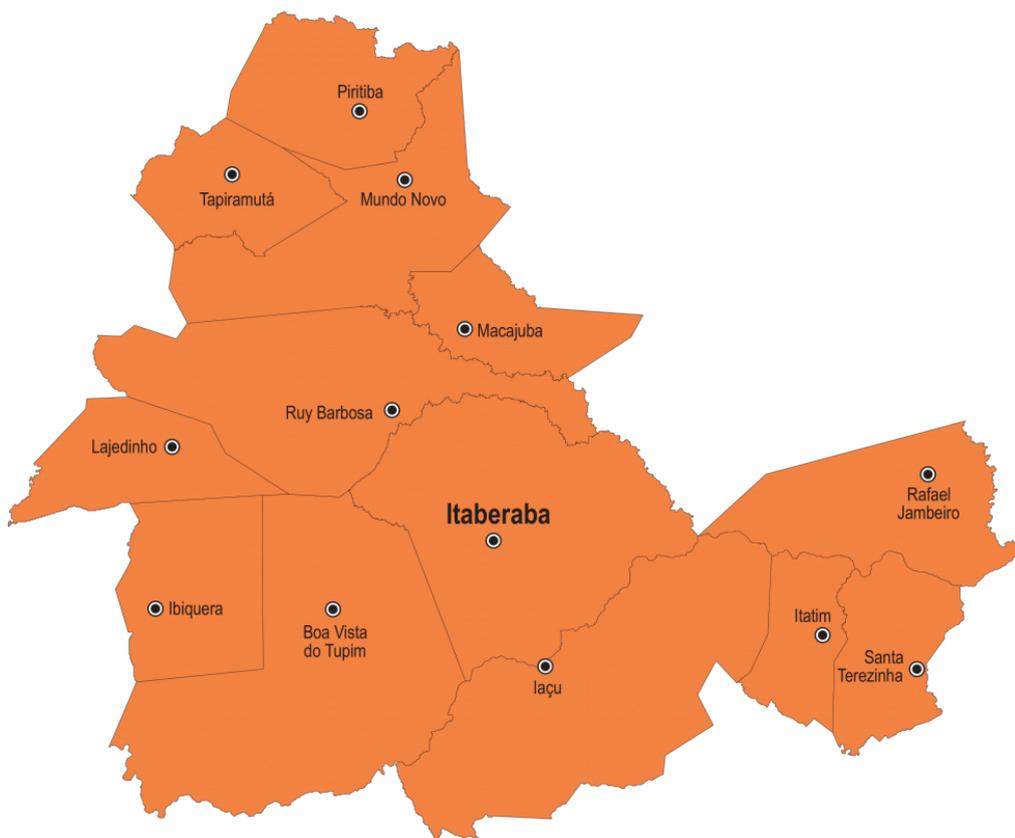
Fonte: (SEI, 2023).

Itaberaba é composta por áreas rurais majoritariamente dedicadas à agricultura familiar. Segundo dados da SEI (2023), o município destaca-se pela produção de abacaxi, que representa um dos principais motores econômicos da

região. Essa produção é caracterizada por práticas tradicionais e o uso de mão de obra familiar, que contribuem para a manutenção da identidade local.

O Piemonte do Paraguaçu, enquanto território de identidade, reforça a centralidade de Itaberaba no semiárido baiano, como podemos ver na figura 6, tanto pela diversidade de sua produção agrícola quanto por sua capacidade de agregar valor aos produtos locais. De acordo com Matos (2011), a cadeia produtiva do abacaxi envolve etapas que vão desde o cultivo até a comercialização em mercados interestaduais e, potencialmente, internacionais.

Figura 6: Território identidade do piemonte do paraguassu.



Fonte:(SEC-BA, 2024).

A economia da cidade é baseada numa atividade industrial incipiente, com aproximadamente 229 indústrias de acordo com a JUCEB, focada principalmente no setor moveleiro. Também conta com 1.598 estabelecimentos comerciais e é uma centralidade de serviços no território. Há uma agricultura irrigada pela proximidade com o rio Paraguaçu e é notável pela produção do abacaxi em cultura de sequeiro, que supera expectativas e coloca o município em posição de destaque estadual e

nacional. Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 15.384,75. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 112 de 417 entre os municípios da Bahia (IBGE, 2022).

Segundo o IBGE, em 2010, a taxa de escolarização entre crianças de 6 a 14 anos em Itaberaba alcançou 96,2%, um percentual abaixo da média estadual, ficando em 328ª posição entre 417 dos municípios baianos. Em um contexto nacional, sua classificação era ainda mais baixa, situando-se na 4435ª posição dentre 5570 municípios. No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2023, instrumento que pode ser interpretado como nota para a qualidade da educação ofertada, os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública apresentaram um índice de 5, enquanto os anos finais registraram um valor de 3,9. Ao comparar com outros municípios baianos, Itaberaba ocupava as posições 164 e 181, respectivamente, para os anos iniciais e finais do ensino fundamental, o que é um bom indicador.

O município possui, segundo o IBGE (2022), quarenta e dois estabelecimentos de saúde. Conta com uma policlínica do governo do estado da Bahia, com o Hospital Geral de Itaberaba e o Hospital da Chapada. Em relação aos municípios vizinhos, é uma cidade que oferta mais serviços de saúde. A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 10,31 para 1.000 nascidos vivos, ficando no estado na posição 285 de 417, intermediária.

Em 2010, o saneamento básico da cidade, ou o esgotamento sanitário adequado, segundo o IBGE, era de 68,5%, o que colocava a cidade num honroso 32º lugar se comparado com as outras cidades da Bahia.

Analisando o contexto ambiental do município de Itaberaba, está inserido num clima considerado semiárido, com muita radiação solar, altas temperaturas, baixa umidade relativa do ar e baixo volume pluviométrico (SEI, 2023).

A geografia de Itaberaba é marcada por condições edafoclimáticas desafiadoras, como solos arenosos e clima semiárido, com precipitação média anual inferior a 800 mm e temperatura média anual entre 25 °C e 28 °C (Matos, Sanches, 2011). Essas características fazem com que a agricultura dependa de técnicas adaptadas às condições locais, como a agricultura de sequeiro, predominante entre os pequenos agricultores.

O município está próximo ao paralelo de 12°, portanto contido numa zona intertropical, o que faz com que a incidência solar anual seja alta, o que vai interferir

também no clima e no tempo meteorológico, atingindo máximas de 37°C durante o verão, segundo a previsão do tempo de dezembro de 2024. Assim, a temperatura média anual beira os trinta graus durante o ano todo, enquanto a pluviometria indica que o período chuvoso ocorre nos meses do verão, entre novembro e março (Figura 7).

Figura 7: Distribuição pluviométrica no município de Itaberaba de 1991 a 2021.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novem- bro	Dezembro
Temperatura média (°C)	26.1	26.3	26.4	25.6	24.4	23	22.1	22.3	23.6	25	25.7	26
Temperatura mínima (°C)	21.9	22.1	22.3	21.9	20.8	19.5	18.4	18.3	19.3	20.5	21.3	21.7
Temperatura máxima (°C)	31.5	31.7	31.8	30.5	29	27.6	28.9	27.4	29.3	31	31.3	31.5
Chuva (mm)	76	55	71	42	28	25	25	22	20	32	61	71
Umidade(%)	65%	65%	65%	67%	68%	69%	68%	66%	62%	61%	63%	64%
Dias chuvosos (d)	8	7	9	8	6	6	6	6	5	5	7	6
Horas de sol (h)	7.7	7.6	7.4	6.1	4.7	4.3	4.3	4.5	5.3	5.9	6.4	7.2

Fonte: (Climate, 2024).

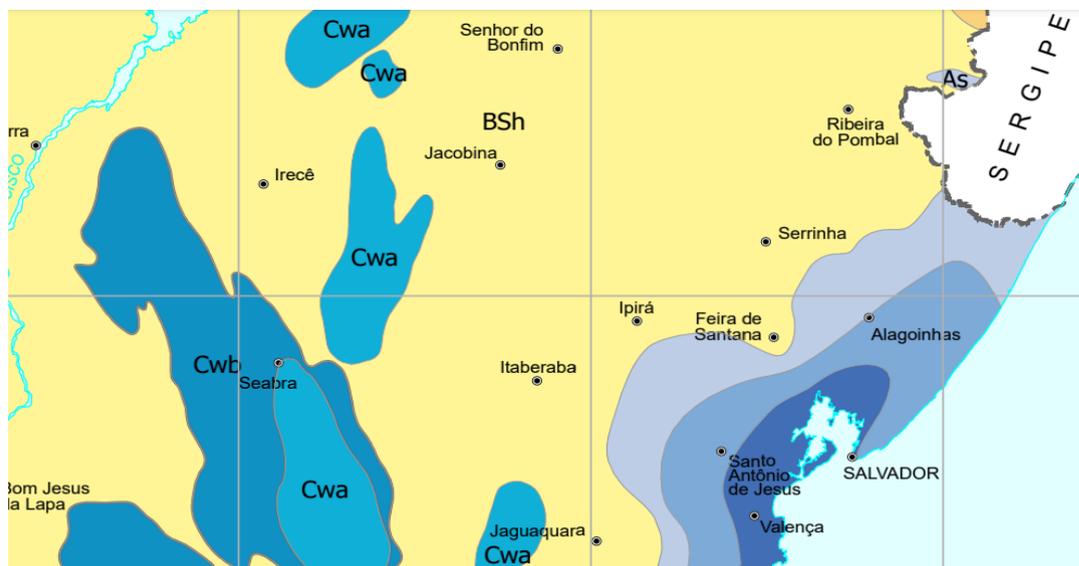
A tabela acima com dados de 1991 a 2021 segundo o Climate (2024), evidencia que as chuvas são distribuídas de forma irregular ao longo do ano com a estação seca no inverno e a estação chuvosa no verão. Esses dados são fundamentais para entender a complexidade do cultivo do Abacaxi sem irrigação em Itaberaba, valorizando a superação dos produtores rurais frente às dificuldades climáticas (Climate, 2024)

A análise das condições climáticas e geológicas de Itaberaba é essencial para compreender os desafios enfrentados pelos produtores agrícolas da região. O clima semiárido predominante, caracterizado por uma estação chuvosa irregular, afeta diretamente a produção de culturas como o abacaxi (Climate, 2024)

A tipologia climática da região é classificada como Bsh, de acordo com o sistema de classificação climática de Köppen, o que implica em um clima semiárido com longos períodos de seca e uma pluviometria concentrada nos meses de verão. Essas condições climáticas exigem estratégias adaptativas para o cultivo, como práticas agrícolas voltadas para a conservação da água e o aproveitamento da estação chuvosa. Essa situação climática específica é ilustrada na Figura 8, que

mostra a tipologia climática Köppen do estado da Bahia, destacando a localização de Itaberaba.

Figura 8: Escala climática do município de Itaberaba



Fonte: (SEI,2023).

Além disso, a geologia local, representada pelas rochas do mesoarqueano¹ classificadas como A34jach², também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento agrícola da região. Essas rochas são compostas por minerais como gnaisses e granitos, e a compreensão dessa formação geológica é crucial para entender as características do solo e os desafios que ele impõe para o cultivo.

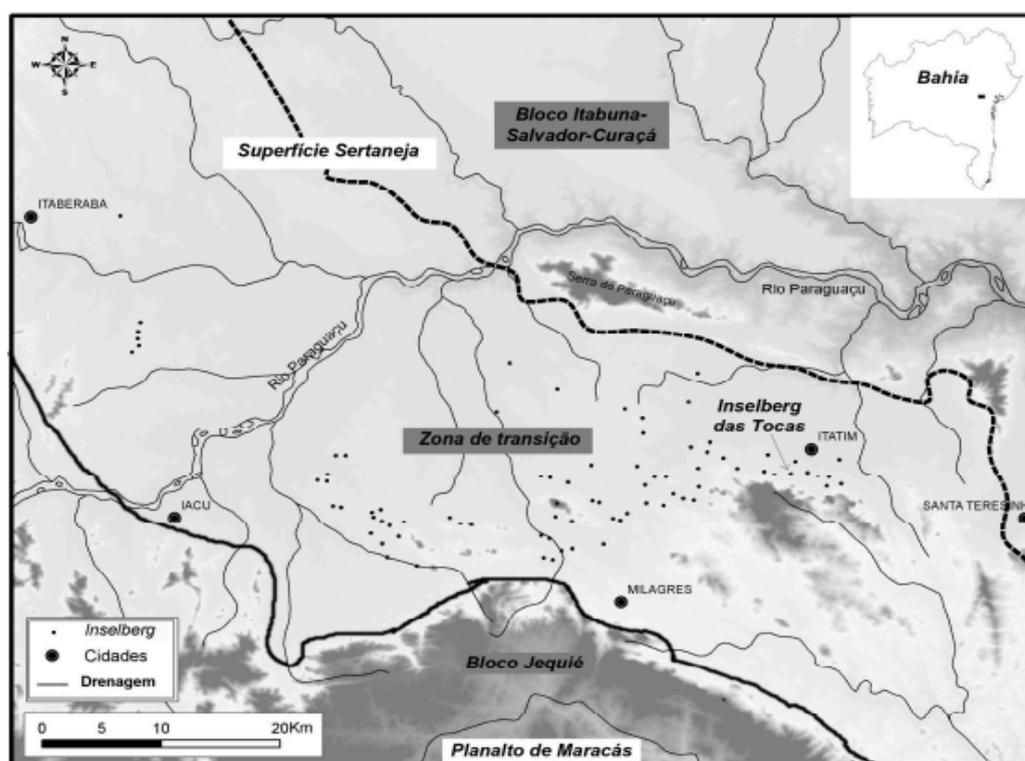
A presença dessas rochas impacta tanto a estrutura do solo quanto as práticas agrícolas, pois os solos derivados dessas rochas são frequentemente mais frágeis e exigem um manejo cuidadoso para garantir a produtividade das culturas. A carta geológica de Itaberaba, destacando essas rochas, está representada na Figura 9, e ilustra como a geologia da região influencia as práticas agrícolas e outras atividades produtivas.

¹ O termo **mesoarqueano** refere-se a uma faixa de tempo geológico no eon Arqueano, que abrange aproximadamente de 3,2 a 3,5 bilhões de anos atrás. As rochas dessa faixa temporal são algumas das mais antigas da Terra, sendo associadas a processos geológicos primitivos.

² A classificação **A34jach** é uma codificação geológica que descreve as características das rochas de uma região. O **A** pode indicar o tipo de rocha, como granito ou gnaiss, o **34** refere-se à composição mineral ou forma da rocha, e **jach** é uma unidade litológica detalhada, geralmente relacionada a um tipo específico de gnaiss ou granito.

Geralmente ocorrem em relevo suave ondulado, o que facilita o emprego de máquinas agrícolas, as áreas onde estes solos ocorrem são bastante deficientes em água, sendo este o principal fator limitante para o uso agrícola (Embrapa,2021), o que coincide com o relevo da área produtora do Abacaxi de Itaberaba que está inserido numa depressão sertaneja transição entre o bloco Jequié e o Bloco Itabuna-Salvador-Curaça, observado na figura abaixo que destaca Inselberg da toca em Itatim- Ba (Figura 10).

Figura 10:Depressão sertaneja transição entre o bloco Jequié e o Bloco Itabuna-Salvador-Curaça.



Fonte: (SEI,2023).

As condições de solo favorecem o cultivo do ponto de vista nutricional entretanto o maior entrave de cultivar nesses solos é justamente a questão climática, fator crucial na produção do abacaxi de Itaberaba, o que só reforça e engrandece a ação dos produtores.

Analisando a hidrografia local, a área estudada está inserida na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu. O maior rio genuinamente baiano, que tem sua nascente no município de barra da estiva, passa pela área do município de Itaberaba, e corta a cidade de Iacu, que está a 29 quilômetros de distância. Segundo o mapa das bacias hidrográficas da SEI (2023), o município está próximo a uma

barragem, açude ou represa de Saracura ou Vilobaldo Alencar, que fica em Ruy Barbosa (Figuras 11 e 12).

Figura 11:Área alagada da barragem de saracura ou Vilobaldo Alencar.



Fonte:Jornal da Chapada.

Figura 12:Imagem das pontes sobre o Rio Paraguaçu em laçu.

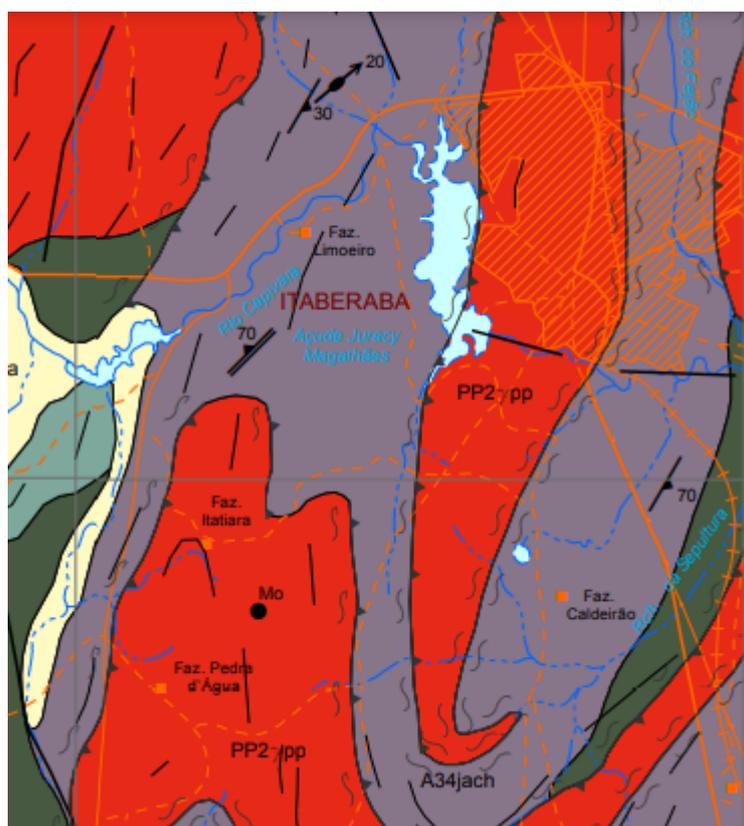


Fonte: Jornal da Chapada.

De acordo com a carta geológica de Itaberaba, a geologia da região próxima à cidade é composta por rochas do Mesoarqueano, pertencentes ao Complexo Jequié. Essas rochas são classificadas como A34jach, especificamente identificadas como a Unidade Fazenda Cibigado. Trata-se de um augen gnaisse ortopiroxênio-granitogranulítico, de coloração cinza-esverdeada a cinza-azulada, com

matriz de granulação fina a média e presença de porfiroclastos de K-feldspato. A imagem a seguir ilustra a composição geológica da área (Figura 13).

Figura 13: Carta Geológica de Itaberaba - Rochas do Mesoarqueano da Fazenda Cibigado



A34jach

Unidade Fazenda Cibigado: augen gnaisse ortopiroxênio granito granulítico, cinza-esverdeado a cinza-azulado, com matriz de granulação fina a média com porfiroclásto de K-feldspato.

2. INÍCIO E CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO: APOIO INSTITUCIONAL E GOVERNAMENTAL.

A produção do Abacaxi de Itaberaba é a maior da Bahia. Esse fato se deu principalmente pelo apoio institucional e governamental que os produtores locais tiveram junto a empresas como a EMBRAPA e da antiga Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). (IBGE,2023)

O início do aumento da produção começou na década de 1990, e desde então o município de Itaberaba tem se destacado na produção de abacaxi no estado da Bahia. Nesse período, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) teve um papel essencial, fornecendo apoio técnico e incentivo à cultura. A produção passou de 550 toneladas em 1993 para 4.014 toneladas em 1994, refletindo o impacto do apoio institucional. Em 2008, o município atingiu seu auge de produção com 86.420 toneladas de abacaxi, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023).

Atualmente, apesar das flutuações no mercado, a produção de abacaxi em Itaberaba continua sendo um pilar significativo para a economia local. Em 2023, a produção gerou uma receita de 45.452.000,00 de reais, de acordo com o IBGE (2023). O município mantém uma área plantada de 1.071 hectares, com destaque para a importância econômica e social da cultura para a cidade, consolidando Itaberaba como um dos maiores polos produtores de abacaxi do estado.

Nos últimos anos, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar têm sido fortalecidas, contribuindo para o desenvolvimento do setor agrícola. Programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) têm oferecido crédito e garantido a comercialização dos produtos, ajudando na estabilidade financeira dos agricultores de Itaberaba. Esses programas são essenciais para o enfrentamento do êxodo rural, uma realidade persistente no campo brasileiro (MAPA, 2023).

Além disso, o apoio da Embrapa Mandioca e Fruticultura tem sido decisivo para o crescimento da produção de abacaxi no município. A instituição tem incentivado práticas como a indução floral, que possibilitam o aumento da produção, mesmo em sequeiro. A Embrapa também desempenha um papel relevante na pesquisa e no desenvolvimento de tecnologias adaptadas à realidade local, oferecendo assistência técnica e orientações sobre práticas agrícolas sustentáveis.

Essas inovações têm contribuído para o aumento da produtividade dos agricultores (Embrapa, 2023).

2.1 Políticas públicas e sustentabilidade agrícola em Itaberaba

O desenvolvimento da agricultura em regiões semiáridas, como Itaberaba, está diretamente relacionado à implementação de políticas públicas que promovam a sustentabilidade e o fortalecimento da agricultura familiar. No contexto do município, as políticas públicas têm sido fundamentais para enfrentar desafios como a escassez de recursos hídricos, a variabilidade climática e as limitações estruturais da produção agrícola (INCRA,2023).

Itaberaba, inserido no território de identidade Piemonte do Paraguaçu, beneficia-se de programas voltados para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e iniciativas estaduais de apoio ao pequeno produtor. Essas políticas têm o objetivo de promover o acesso a recursos financeiros, assistência técnica e mercados, elementos essenciais para a viabilidade econômica da produção agrícola local (INCRA,2023).

O PRONAF é uma das principais políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. Criado em 1995, o programa tem como objetivo facilitar o acesso ao crédito rural com taxas de juros reduzidas e prazos de pagamento mais longos. Em Itaberaba, o PRONAF tem sido uma ferramenta indispensável para os pequenos agricultores, permitindo a aquisição de insumos, a modernização das práticas agrícolas e a ampliação da produção.

Os agricultores de Itaberaba utilizam o PRONAF principalmente para financiar a compra de mudas de alta qualidade da variedade Pérola, fertilizantes e equipamentos para o manejo do solo. Além disso, o programa incentiva a diversificação da produção, promovendo a sustentabilidade da atividade agrícola e a geração de renda para as famílias envolvidas.

Contudo, ainda existem desafios no acesso ao crédito oferecido pelo PRONAF. Muitos agricultores enfrentam dificuldades para atender às exigências burocráticas do programa, como a necessidade de apresentar a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Isso limita o alcance da política e reforça a necessidade de iniciativas complementares que reduzam essas barreiras.

Outra política pública de relevância é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desempenha um papel significativo na comercialização da produção agrícola em Itaberaba. Esse programa, que conecta agricultores familiares a mercados institucionais, como escolas e hospitais, garante a compra de alimentos diretamente dos produtores, promovendo a geração de renda e a segurança alimentar.

Em Itaberaba, o PAA tem possibilitado a inserção de pequenos agricultores em cadeias de comercialização mais estruturadas, o que reduz a dependência de intermediários e amplia a margem de lucro dos produtores. Segundo dados da SEI (2023), cerca de 30% da produção de abacaxi do município é adquirida por meio do PAA, o que evidencia sua relevância para a economia local.

Apesar dos avanços proporcionados pelo PAA, há limitações relacionadas à sua implementação. A instabilidade no repasse de recursos federais e a falta de uma estrutura logística adequada dificultam a expansão do programa e limitam o acesso de um número maior de agricultores.

2.2 Sustentabilidade e Resiliência no Semiárido

O semiárido nordestino está no imaginário nacional, principalmente de quem não vive na região nordeste, como uma realidade de escassez e dificuldades, muito pelas obras literárias tão propagadas e de tanto sucesso como os “Sertões” de Euclides da Cunha e “Vidas Secas” de Graciliano Ramos. Esse cenário já não era um retrato real do domínio da caatinga, que é muito rico e cheio de possibilidades, se mostra hoje muito diferente, com o avanço das políticas públicas de assistência aos pequenos e médios agricultores e com os investimentos municipais em infraestruturas básicas nas zonas rurais como água, energia e calçamento. Apesar dessa mudança, ainda existe uma variação muito grande dentro do semiáridos nordestino, na Bahia existe uma área do semiárido que pouco produz em nível de mercado, existe a que produz com irrigação e a que produz dependendo das condições climáticas, caso da produção de abacaxi no município de Itaberaba e adjacências.

A sustentabilidade agrícola em Itaberaba está diretamente associada à capacidade de adaptação dos agricultores às condições climáticas adversas do semiárido. Nesse sentido, políticas públicas voltadas para a convivência com o semiárido, como as iniciativas da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), têm sido essenciais para promover a resiliência das comunidades rurais.

Uma das ações de maior impacto no município é a instalação de cisternas de captação de água da chuva, que garantem o abastecimento hídrico durante os períodos de estiagem. Essas tecnologias, associadas a práticas agrícolas sustentáveis, como o manejo integrado de pragas e o uso de adubos orgânicos, contribuem para a manutenção da produtividade agrícola em condições adversas.

É fundamental também abordar também ressaltar os desafios impostos ao um pequeno agricultor no Brasil atualmente. Cada dia que passa a agricultura familiar é valorizada por algumas políticas públicas que forçam alguns setores econômicos, principalmente da administração pública, como escolas e secretarias de educação, a destinarem uma parcela mínima de sua verba para a agricultura familiar. Entretanto, isso é muito pouco frente aos desafios enfrentados pelos pequenos agricultores que são inevitavelmente minoria do ponto de vista da disputa econômica macro que se faz presente num mundo globalizado e impõe as suas lógicas capitalistas no campo brasileiro. De acordo com Calaça (2021):

O campesinato, que consiste em um segmento social do campo brasileiro, como resultado das conquistas históricas na luta pela existência, tornou-se o elo mais afetado pela expansão da territorialização do capital no campo. De um lado, os camponeses são constantemente ameaçados por grileiros, latifundiários, empresas de especulação imobiliária, e de outro, convivem com o constante avanço do capital, que, mediante estratégias diversas, subordina e expropria a produção excedente dos camponeses.

Essa problemática se agrava no cenário atual brasileiro em que o mercado financeiro é imperador quando se trata de tomada de decisões dos governos, sempre pressionando setores estatais quando se trata de propor políticas que possam ajudar este segmento social do campesinato no lugar de prestar todas as suas atenções ao agronegócio. A agropecuária a nível industrial compõe parte significativa no produto interno bruto (PIB) do país e isso serve de justificativa para o governo realizar investimentos e focar seus esforços com mais benfeitorias do que o deveria, se tratando de um setor privado tão poderoso economicamente e politicamente comparado à infraestrutura dos camponeses brasileiros.

Na tentativa de enfrentar tantas ameaças externas, as formas cooperativas surgem como consequência, vide que as coletividades se associam e resistem às imposições do mundo capitalista, podendo assim fortalecer e se favorecer em uma estrutura mais organizada. De acordo com Ferreira (2004) as cooperativas exercem uma função econômica e social significativa, especialmente por apresentarem, em

diversas regiões, uma das raras oportunidades de agregar valor à produção rural, além de viabilizarem a inserção de pequenos e médios produtores em mercados altamente concentrados, no caso da área estudada produtores oriundos da agricultura familiar.

Na área produtora estudada, existe o fortalecimento de cooperativas, como a Coopaita, tem potencializado os benefícios das políticas públicas, promovendo a organização dos produtores e facilitando o acesso a mercados e recursos técnicos. A Coopaita desempenha um papel central na articulação entre os agricultores e as instituições públicas, atuando como um canal para a implementação de políticas de incentivo à produção e à comercialização.

As cooperativas são instituições fundamentais no fortalecimento dos pequenos produtores. Elas são o resultado de lutas sociais travadas pelos trabalhadores em busca de sua própria sobrevivência. Diante da impossibilidade de competir no mercado, os pequenos produtores enxergam como uma opção se agrupar para estabelecer um novo sistema de produção, unificado, permitindo-lhes enfrentar as novas necessidades impostas ao pequeno produtor. A cooperativa pode facilitar as negociações de contratos mais favoráveis, formas de resistir a crueldades impostas aos produtores, unificar o sistema produtivo e evitar concorrência injustificada, facilitar acesso a créditos e fomentos governamentais entre outros. Dentro dessa realidade, os produtores rurais do Abacaxi em Itaberaba de forma geral possuem uma centralidade na Cooperativa agroindustrial de Itaberaba (COOPAITA), que apesar do nome é uma cooperativa de agricultura familiar fundada em 2001 que possui como segmento econômico a fruticultura em especial a produção de abacaxi, sendo a principal organização do estado dedicada a essa cultura, coincidindo com a notoriedade que o fruto dessa área produtora já alcançou.

Essa realidade pode ser um facilitador para o processo de registro de indicação de acordo com a portaria 04, de 12 de janeiro de 2022 do INPI, vide que o Art. 14. discorre que “podem requerer registro de Indicações Geográficas, na qualidade de substitutos processuais, a associação, o sindicato, ou qualquer outra entidade que possa atuar como tal em razão da lei”. A COOPAITA nesse cenário pode se enquadrar como uma entidade que possa atuar como tal vide a representatividade concreta que existe no município estudado.

2.3 Desafios e Perspectivas

Apesar dos avanços promovidos pelas políticas públicas, Itaberaba ainda enfrenta desafios significativos para alcançar a sustentabilidade agrícola. Entre os principais obstáculos estão:

- A falta de infraestrutura adequada, como sistemas de irrigação e transporte, que limita o escoamento da produção.
- O acesso desigual às políticas públicas, especialmente para agricultores de menor poder aquisitivo.
- A vulnerabilidade às mudanças climáticas, que afeta a regularidade da produção e compromete a renda dos agricultores.

Para superar esses desafios, é fundamental a integração de políticas públicas em uma abordagem territorial que considere as especificidades locais. Além disso, o fortalecimento das parcerias entre os setores público, privado e associativo pode contribuir para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas.

O futuro da agricultura em Itaberaba depende da continuidade e do aprimoramento das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. A implementação de estratégias inovadoras, como o uso de tecnologias de precisão e a diversificação das atividades agrícolas, pode abrir novos caminhos para o desenvolvimento sustentável no semiárido.

3.0 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DE ABACAXI: BRASIL, BAHIA E ITABERABA

O abacaxi é cultivado e comercializado em diversas partes do mundo, e, portanto, é fundamental analisar sua produção não apenas no município de Itaberaba, mas em uma escala global. Com a globalização, torna-se necessário considerar a inter-relação das várias escalas de produção, pois essas interagem no espaço geográfico. Ao longo deste capítulo, a análise estatística realizada visa mapear a produção agrícola do abacaxi, comparando o cenário brasileiro com o internacional, evidenciando sua importância em diferentes escalas.

O abacaxi de Itaberaba, localizado na Bahia, destaca-se como uma das principais culturas agrícolas da região semiárida do Nordeste brasileiro. A produção de abacaxi no município tem crescido significativamente nas últimas décadas, impulsionada por fatores como o apoio institucional e a atuação de instituições de fomento.(IBGE, 2023)

Entretanto, é importante frisar que o aspecto mais relevante da produção agrícola local é o impacto sobre o bem-estar dos trabalhadores. Isso inclui tanto as condições em que esses profissionais estão inseridos quanto as iniciativas para melhorar a produtividade e as condições de trabalho, com o objetivo de contribuir para a vida desses trabalhadores.

A produção do abacaxi é globalmente disseminada, com uma predominância em países subdesenvolvidos ou emergentes. O abacaxi, conforme relata Crestani (2010, p. 1474, apud Medina *et al.*, 1978), é originário do continente americano, mais especificamente da faixa intertropical e subtropical, e o Brasil figura como um dos países onde esse cultivo se estabeleceu, sendo dispersado com a chegada dos colonizadores portugueses e espanhóis.

Atualmente, a Indonésia é o maior produtor de abacaxi do mundo, com 3.156.576,45 toneladas produzidas anualmente (FAOSTAT, 2023), conforme ilustrado na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Onze Maiores Produtores de Abacaxi no Mundo

País	Quantidade produzida (t)
1. Indonésia	3.156.576,45
2. Filipinas	2.944.259,54
3. Costa Rica	2.937.807
4. China	2.468.739,64
5. Brasil	2.387.393
6. China, Mainland	2.093.595,55
7. Índia	1.828.000
8. Nigéria	1.615.621,53
9. México	1.272.559,15
10. Tailândia	1.258.028
11. Colômbia	853.169,37

Fonte: FAOSTAT,
2023.

Embora o Brasil tenha perdido posições nos últimos anos, ocupando atualmente a quinta posição, ele ainda se mantém como um grande produtor, com 2.387.393 toneladas de abacaxi produzidas, abastecendo tanto o mercado interno quanto o internacional, especialmente em relação ao cultivo na Bahia e em Itaberaba.

Ao comparar os maiores produtores e exportadores de abacaxi, como evidenciado nas Tabelas 2 e 3, observa-se uma divisão clara entre os países produtores e exportadores. A Costa Rica é o maior exportador, com 2.113.997,59 toneladas, seguida pelas Filipinas, Holanda, Bélgica e Estados Unidos.

Tabela 2 : Cinco Maiores Exportadores de Abacaxi no Mundo

País	Quantidade exportada (t)
1. Costa Rica	2.113.997,59
2. Filipinas	500.965,73
3. Holanda	168.358,24
4. Bélgica	120.619,71
5. E.U.A.	119.333,15

Fonte: FAOSTAT, 2023.	
-----------------------	--

Essa comparação entre produção e exportação revela a dinâmica global da divisão internacional do trabalho, na qual os países subdesenvolvidos ou emergentes, como o Brasil, são responsáveis pela maior parte da produção, mas os países mais centrais, como os da Europa e os Estados Unidos, dominam o mercado de exportação devido ao controle sobre tecnologias e capital.

O Brasil, embora um grande produtor, ocupa uma posição modesta como exportador, estando em 32º lugar na classificação mundial, o que reflete a sua posição na divisão internacional do trabalho. De acordo com Haesbaert (2005, p. 33), “No Brasil, por exemplo, conjugam-se alta dependência do capital financeiro internacional e níveis tecnológicos de produção que variam significativamente, desde a produção com mão de obra barata até a incorporação de tecnologias sofisticadas.” Isso coloca o Brasil em uma posição intermediária entre os países periféricos e centrais no comércio global.

Na produção nacional, o cultivo do abacaxi historicamente se concentra em quatro estados: Paraíba, Pará, Minas Gerais e Bahia. Contudo, como demonstra o gráfico abaixo, a Bahia, que já foi um dos principais produtores, hoje ocupa apenas a 12ª posição, com 44.461 toneladas produzidas em 2023. A Tabela 3 apresenta a evolução da produção de abacaxi nos principais estados produtores entre 2013 e 2023, destacando o crescimento de estados como Tocantins, Maranhão e Alagoas, enquanto a produção baiana tem diminuído.

Tabela 3 - produção do abacaxi pelos estados entre 2013 e 2023, destacando os estados com maior crescimento.

Estado	2013	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Pará	32047 8	37268 6	41210 2	21785 6	42606 0	31194 7	35702 1	36102 7	35001 8	34253 2
Paraíba	28571 5	29077 2	28336 2	36333 0	33488 0	30711 6	27228 5	26337 0	27509 5	30475 0
Minas Gerais	23956 5	26313 3	25142 9	22438 2	19218 9	17928 7	17385 3	15613 9	15560 5	15979 6
Tocantins	41503	56850	64424	80091	71030	85634	98523	97329	10359 6	10878 8
Rio de Janeiro	12068 2	93240	92696	11441 9	14225 8	11610 9	14345 4	11486 5	11344 2	10859 0
Rio Grande do Norte	11289 6	72453	63097	48134	67825	68839	66936	67068	63405	65230
Maranhão	26638	40573	20704	31523	33855	28660	24290	24570	56687	50317
Amazonas	78447	69090	78370	77053	68612	72314	66511	41357	37562	50060
São Paulo	76277	96719	93647	26804	95156	82536	77071	74781	72987	48585
Alagoas	9716	30901	38848	55480	64672	71598	69646	73145	48813	47440
Goiás	56177	62914	61914	60104	36798	41026	42695	40943	35522	44882

Estado	2013	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Bahia	10474 1	14482 7	74426	45972	35118	35258	42049	43700	47268	44461
Espírito Santo	50431	41261	46326	45530	45995	50307	42130	41875	46270	43887
Pernambuco	13067	16129	14554	22108	29236	28557	30703	26283	32298	43082
Mato Grosso	41175	36643	31277	31544	33526	35846	34588	34848	34859	33071
Sergipe	19080	18531	17349	28401	27774	31574	22220	24207	31674	32260
Rondônia	8730	17378	16281	16878	17336	17870	23299	18121	21466	22305
Paraná	11371	11344	10892	18041	15066	15337	17573	13404	10483	9604
Amapá	7250	8107	9118	10198	8884	9243	9368	9825	9860	9059
Acre	7050	7700	8441	8042	6379	6155	6182	6124	6319	5679
Roraima	4368	4270	3968	1708	4767	5384	5391	5453	5495	5500
Mato Grosso do Sul	5240	5483	5203	5774	5185	5848	5503	4782	6178	5393
Rio Grande do Sul	3823	5154	4980	4926	4839	4766	4866	4831	4638	4507
Ceará	11247	2624	2361	730	253	436	712	378	1109	1328
Santa Catarina	162	199	249	168	263	369	369	367	345	291
Distrito Federal	58	116	60	560	198	198	198	198	198	198

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Dessa forma, é possível perceber o aumento da concorrência entre estados produtores, como o Rio Grande do Norte, que se destaca como concorrente direto de Itaberaba. Segundo um representante da Coopaita, o abacaxi de outras regiões, como o Rio Grande do Norte, é considerado o maior concorrente, pois sua safra ocorre no mesmo período, aumentando a competição no mercado nacional e internacional.

A produção do abacaxi em Itaberaba, apesar das flutuações ao longo dos anos, segue como um expoente no estado da Bahia. Em 2023, o município ocupava a 19ª posição no ranking nacional, com 24.065 toneladas produzidas, conforme mostrado na figura 14:

Figura 14: Produção de Abacaxi de Itaberaba no Contexto Nacional (2023).

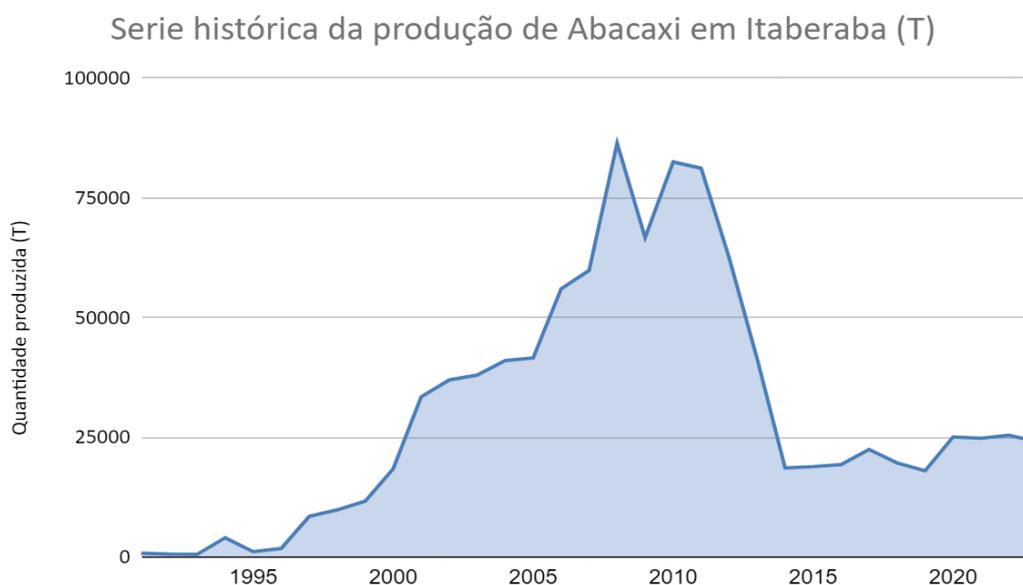


Em termos de relevância, o município de Itaberaba é o maior produtor de abacaxi da Bahia, com 24.065 toneladas produzidas em 2023, bem à frente do segundo colocado, Umburanas, que produziu apenas 4.230 toneladas. Isso confirma a importância de Itaberaba como líder na produção de abacaxi no estado, o que a torna um exemplo de qualidade e eficiência.

A produção local é reconhecida não só pela qualidade do fruto, mas também pelo impacto no mercado estadual e nacional. Conforme reportado pela Coopaita, o abacaxi produzido em Itaberaba é comercializado em vários estados, incluindo Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. No contexto da Bahia, Itaberaba é a líder isolada, com uma produção significativamente maior que

outros municípios, consolidando-se como um dos principais polos de produção do fruto.

Figura 15: Produção de Abacaxi de Itaberaba no Contexto Baiano (2023).

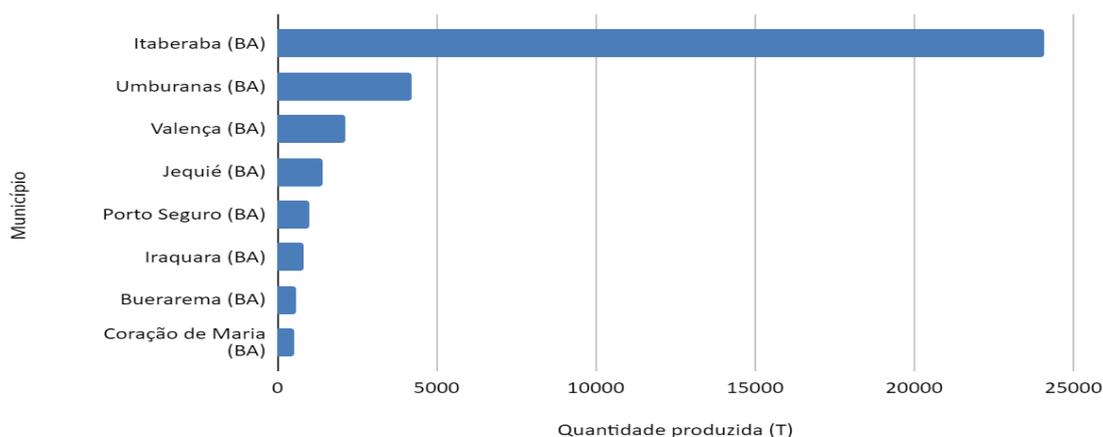


Este panorama estatístico revela a importância estratégica da produção de abacaxi em Itaberaba, tanto para a economia local quanto para a dinâmica regional e nacional.

Analisando a figura, a produção tem se mantido estável pela última década próxima de vinte e cinco mil toneladas de abacaxi sendo produzidos anualmente, entretanto, mesmo com os desafios é importante salientar que existe um potencial para melhoria desses números principalmente associado a políticas públicas de fomento.

A produção agrícola local além de ser reconhecida pelos baianos pela qualidade do fruto, é imperadora no mercado estadual e também chega a ser comercializada para outros estados, segundo a Coopaita, como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. A produção do abacaxi em Itaberaba é segundo o IBGE (2023) a líder isolada na Bahia, com bastante sobras (Figura 16).

Figura 16: Maiores produtores de abacaxi na Bahia em 2023.



Os principais produtores de abacaxi são Itaberaba, disparado com 24.065 toneladas do fruto, muito à frente do segundo colocado, o município de Umburanas, que produziu em dois mil e vinte e três 4.230 toneladas, precisamente 19.835 toneladas a menos. Esse é o tamanho da relevância que o município de Itaberaba tem na produção do abacaxi na Bahia, essa relevância em quantidade e qualidade é quem elevou o fruto a uma fama reconhecida no território estadual, podendo inclusive ser reconhecida como uma indicação geográfica.

Ressalto aqui novamente a importância que é trazer toda essa análise estatística tem como objetivo mapear a produção brasileira em relação ao mundo, a produção nacional como um todo para chegar na região estudada e mostrar sua relevância no aspecto de produção. Esse objetivo não deve desconsiderar que o aspecto mais importante em relação à produção agrícola local são as vidas dos trabalhadores, as condições que eles estão inseridos, as tentativas de melhorias da produção e das condições das produções para assim poder contribuir de forma efetiva com os mesmo.

3.1 O Sistema Produtivo do Abacaxi em Itaberaba

A produção de abacaxi no município de Itaberaba é uma das mais expressivas do estado da Bahia, desempenhando um papel crucial na economia rural e no desenvolvimento local. Localizada no território do Piemonte do Paraguaçu, a cidade consolidou-se como o maior produtor da variedade Pérola, amplamente reconhecida por ser uma das mais doces e saborosas do Brasil (SEI, 2023). Esse

cultivo, alicerçado principalmente na agricultura familiar, demonstra a adaptação das comunidades locais às adversidades climáticas do semiárido, integrando práticas tradicionais ao saber agroecológico acumulado ao longo de décadas (IBGE, 2017).

Com uma história que remonta a mais de 50 anos, a produção de abacaxi em Itaberaba tornou-se um pilar da economia regional. O município ocupou, em 2017, a 14ª posição no ranking nacional de produção do fruto, o que reflete a importância econômica e social da atividade para a sustentação de milhares de famílias rurais (IBGE, 2017). Apesar dos desafios impostos pelo clima semiárido, a produção segue resiliente, alcançando um valor estimado em R\$ 45 milhões em 2023, o que corresponde a quase metade da produção total do estado da Bahia (IBGE, 2023).

A agricultura de sequeiro é a base do sistema produtivo de abacaxi na região, sendo realizada sem o uso de técnicas de irrigação mais avançadas e dependendo exclusivamente das chuvas para suprir as necessidades hídricas das lavouras. Essa prática, embora limitada pela irregularidade pluviométrica, é sustentada pela resiliência da variedade Pérola, que apresenta adaptações fisiológicas que lhe permitem prosperar mesmo em condições de estiagem prolongada (Embrapa, 2021). O cultivo dessa variedade não apenas garante a sobrevivência da cultura em um ambiente tão desafiador, mas também assegura a qualidade do produto final, apreciado em diversos mercados pelo sabor doce e textura firme.

Em 2023, a produção local ultrapassou os 24 milhões de frutos, com uma produtividade média de 16.473 frutos por hectare. A maior parte dessa produção destina-se ao mercado interno, com destaque para os estados de São Paulo e Minas Gerais, que são grandes consumidores do abacaxi produzido em Itaberaba (IBGE, 2023). Embora a exportação represente uma parcela menor da comercialização, mercados internacionais como a Península Ibérica também recebem os frutos produzidos na região, ampliando o alcance e o reconhecimento do produto local (Pomponet, 2007).

A cadeia produtiva do abacaxi em Itaberaba é responsável por envolver diretamente mais de 6 mil pessoas em atividades que vão desde o preparo do solo até a comercialização final. Essa expressiva participação da mão de obra local contribui para a formação de uma identidade comunitária forte, consolidando Itaberaba como a "Terra do Abacaxi". A atividade tem promovido transformações socioeconômicas relevantes, garantindo renda para milhares de famílias e fortalecendo a economia regional (Reverso Online, 2025).

As cooperativas locais desempenham um papel essencial na organização e na valorização da produção de abacaxi. A Cooperativa Agropecuária de Itaberaba (Coopaita), por exemplo, tem contribuído para melhorar as condições de comercialização e para aumentar a competitividade dos agricultores familiares, além de promover a união dos produtores diante dos desafios climáticos e estruturais (Tosta, Lopes, 2021). Por meio dessas organizações, é possível articular soluções que fortaleçam a sustentabilidade e a expansão da produção.

Há também Rodrigues et al. (2020) uma tentativa alcançar o mercado com produtos de maiores valor agregado, nesse sentido a Coopaita produz um abacaxi desidratado com os frutos que não são comercializados in natura (figura 17), aproveitando aqueles frutos que não se enquandram na padronização imposta pelo mercado e possibilitando dentro da cadeia produtiva uma alternativa industrial para a produção. O abacaxi desidratado é muito utilizado na produção de barras cereais.

Figura 17: Abacaxi in natura produzido no município de Itaberaba e o abacaxi desidratado embalado pela Coopaita.



Fonte: (COOPAITA, 2023).

A influência de Itaberaba como polo produtor de abacaxi também se estende a municípios vizinhos, como Baixa Grande, Boa Vista do Tupim, Iaçu, Ibiquera, Lajedinho, Macajuba, Mairi, Mundo Novo, Ruy Barbosa, Tapiramutá e Várzea da

Roça. Esses municípios compartilham práticas semelhantes de cultivo e enfrentam desafios comuns relacionados ao clima semiárido, formando uma região produtora caracterizada pela interdependência entre suas comunidades rurais (De Matos,Sanches, 2011). Essa área de influência e de plantação é também algo que deve ser levado em consideração ao delimitar a área produtora da indicação geográfica Abacaxi de Itaberaba.

O sucesso do sistema produtivo de abacaxi em Itaberaba é um exemplo de resiliência e sustentabilidade, demonstrando como a adaptação às condições locais pode gerar resultados positivos tanto para a economia quanto para a população. Existe ainda um grande potencial para a expansão da produção e para a conquista de novos mercados, especialmente com a implementação de mecanismos formais de reconhecimento, como a Indicação Geográfica, que poderia agregar valor ao produto e ampliar sua competitividade em escala nacional e internacional.

3.2 A Cultura Agrícola do Abacaxi em Itaberaba

A introdução do cultivo do abacaxi em Itaberaba remonta à década de 1960, quando agricultores locais iniciaram o plantio da variedade Pérola. Essa variedade destacou-se por sua alta adaptabilidade às condições do semiárido, como a resistência às secas prolongadas e a qualidade organoléptica, caracterizada pelo sabor doce e textura firme (Matos, 2011). Com o passar das décadas, a produção cresceu significativamente, consolidando Itaberaba como o maior produtor da variedade no estado da Bahia (SEI, 2023).

A produção de abacaxi em Itaberaba é um dos pilares da agricultura familiar no estado da Bahia. A cidade, com aproximadamente 65.000 habitantes, destaca-se como o maior produtor de abacaxi da variedade Pérola no estado, contribuindo significativamente para a economia local e regional (Silva, 2022). A predominância de pequenas propriedades agrícolas, muitas com menos de 3 hectares, reflete o modelo de produção familiar, onde a mão de obra é predominantemente local e vinculada a práticas agrícolas que se adaptaram ao clima semiárido da região (De Castro, 2024).

De acordo com dados da Embrapa (2011), em 2002 o município cultivava cerca de 1.330 hectares de abacaxi, envolvendo 625 pequenos produtores. Esse número evoluiu para 5.600 hectares em 2011, com uma produção avaliada em R\$

72,9 milhões. Em 2023, os dados mostram uma queda expressiva na produção, superando 24 milhões de frutos colhidos e um valor de produção de R\$ 45 milhões, reforçando a relevância da cultura para a economia local (IBGE, 2023). A essa queda estão associados diversos desafios impostos aos produtores. A propaganda urbana é sedutora para muitas pessoas que enfrentam as dificuldades da zona rural e o êxodo rural é uma realidade. Em entrevista com a cooperativa de produtores local, a Coopaita, ficou evidente que a organização em cooperativa, o fortalecimento dos produtores e o crescimento econômico do setor são muito importantes para combater esse problema. Esses problemas não podem ser dissociados das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais, que lidam com condições insalubres de trabalho de diversos aspectos, entre esses, o uso de agrotóxicos necessários ao combate à Fusariose, doença fúngica que pode dar no abacaxi da espécie Pérola, a produzida no município de Itaberaba. Segundo Silva (2020), o uso necessário de fungicidas torna o trabalho na lavoura de abacaxi insalubre, pois se não for utilizado os equipamentos de proteção individual (EPI) adequado para manejo do agrotóxico somado ao excesso de horas trabalhadas, acima de 40 horas semanais, podem causar danos à saúde do trabalhador. Nessas condições, a IG pode ainda ser um mecanismo importante de padronização e fiscalização nas formas de enfrentar a doença.

O cultivo do abacaxi em Itaberaba é caracterizado pela combinação de práticas tradicionais e modernas, adaptadas às condições específicas do semiárido. A agricultura de sequeiro é amplamente utilizada, dependendo exclusivamente das chuvas para irrigação. Essa abordagem é complementada por diversas técnicas de manejo, como:

- **Uso de mudas certificadas:** A escolha de mudas de alta qualidade, predominantemente da variedade Pérola, é essencial para garantir produtividade e resistência a pragas e doenças (Embrapa, 2021).
- **Adubação e manejo do solo:** Os agricultores realizam análises regulares do solo, garantindo a fertilidade por meio de práticas como calagem e uso de fertilizantes orgânicos, fundamentais para evitar a degradação ambiental (Matos,Sanches, 2011).
- **Controle fitossanitário:** Com base em recomendações da Embrapa e da Adab, é realizado o combate às principais pragas, como a broca-do-fruto

(*Strymon megarus*), e doenças como a fusariose (*Fusarium guttiforme*), garantindo a saúde das lavouras.

O abacaxi produzido em Itaberaba não se limita a ser um produto agrícola; ele representa um símbolo da identidade local e uma das principais fontes de sustento para a população rural. A atividade emprega diretamente mais de 6 mil pessoas, além de contribuir significativamente para a economia da agricultura familiar, que responde por aproximadamente 80% dos produtores do município (SEI, 2023).

A comercialização do abacaxi alcança mercados em todo o Brasil, com destaque para estados como São Paulo e Minas Gerais, e ainda possui um potencial crescente em mercados internacionais, como a Península Ibérica (Pomponet, 2007). Essa expansão reforça a visibilidade de Itaberaba como referência em qualidade e sustentabilidade, contribuindo para o fortalecimento da economia local e para o reconhecimento da região como a "Terra do Abacaxi".

3.3 A relação entre a produção do Abacaxi de Itaberaba e sua origem geográfica

O Abacaxi de Itaberaba, localizado no estado da Bahia, está intrinsecamente ligado ao seu território municipal pelos aspectos naturais e sociais. Dessa forma, é correto afirmar que a origem geográfica do Abacaxi de Itaberaba é fundamental no processo de produção do fruto e também deve ser parte da análise quanto ao registro da indicação geográfica Abacaxi de Itaberaba.

A produção agrícola local destaca-se como uma das principais culturas agrícolas da região semiárida do Nordeste brasileiro. A produção de Abacaxi no município tem experimentado um crescimento expressivo nas últimas décadas, impulsionado por fatores como o apoio institucional e a atuação de instituições de fomento (Embrapa, 2023).

Para além dos aspectos econômicos, o abacaxi tem um papel cultural significativo em Itaberaba. O fruto é celebrado em diversas festividades locais, que não apenas promovem a cultura, mas também incentivam a valorização do produto no mercado. A gastronomia local incorpora o abacaxi em diversas receitas típicas, fortalecendo ainda mais o vínculo entre a cultura e a produção agrícola. Assim, o abacaxi se tornou um símbolo de identidade para os itaberabenses, representando

não só um recurso econômico, mas também um elemento importante da vida cotidiana da cidade (Reverso Online,2024).

O Abacaxi de Itaberaba não se limita ao seu valor econômico, mas também é um importante símbolo cultural do município. De acordo com a Coopaita, associação dos produtores de Abacaxi, o fruto se tornou um ícone local, sendo presente no imaginário popular e representando orgulho para os moradores. A Prefeitura Municipal de Itaberaba tem promovido eventos culturais, como campeonatos de futebol, cujo nome faz referência ao Abacaxi, reforçando essa identidade cultural (COOPAITAB, 2023).

Assim, a produção do Abacaxi está vinculada a diversos aspectos culturais da cidade, partindo do imaginário popular enquanto orgulho e identidade municipal para eventos concretos que se materializam com forma de reafirmação dessa identidade.

Segundo um entrevistado da Coopaita, o Abacaxi já se consolidou como parte integrante da identidade de Itaberaba, refletindo o orgulho local e a valorização da produção. A imagem abaixo ilustra a presença do Abacaxi em um campeonato de futebol, uma manifestação cultural que celebra o vínculo entre o fruto e a cidade (Figura 18).

Figura 18:Campeonato de Futebol de Itaberaba com a referência ao Abacaxi, símbolo cultural da cidade



Fonte: (COOPAITA, 2023).

Outro aspecto importante da produção ligada à origem geográfica são os aspectos naturais, e para reforçar essa relação eu utilizo o conceito de terroir, que se refere à combinação única de fatores naturais e culturais que influenciam a produção de um produto, é fundamental para compreender as qualidades diferenciadas do abacaxi de Itaberaba. Este conceito envolve a interação entre o solo, o clima, o relevo e os saberes tradicionais dos produtores locais. No caso de Itaberaba, o terroir resulta em um abacaxi com características sensoriais específicas, como seu sabor excepcionalmente doce e textura firme (figura 19), que destacam a variedade Pérola (Vardieiro, 2024).

Figura 19: Abacaxi produzido no município de Itaberaba.



Fonte: (SDR, 2020).

O terroir de Itaberaba é um elemento-chave para a implementação de uma Indicação de Procedência (IP), pois estabelece a relação entre o produto e seu território de origem. A certificação de IP não apenas garantiria a valorização do abacaxi de Itaberaba, mas também destacaria as características exclusivas associadas ao processo produtivo local (Fernandes, Guedes, 2021).

O terroir do abacaxi de Itaberaba é definido por uma combinação única de fatores que interagem de forma harmoniosa, conferindo ao produto sua identidade distintiva:

- **Clima Semiárido:** A baixa umidade relativa do ar, combinada com temperaturas elevadas e chuvas irregulares, favorece o desenvolvimento de um abacaxi com alto teor de açúcar, responsável por seu sabor adocicado. A incidência de luz solar intensa também contribui para a fotossíntese eficiente e a qualidade dos frutos.
- **Solos Arenosos e Bem Drenados:** Com um pH entre 4,5 e 5,5, os solos da região são ideais para o cultivo do abacaxi, permitindo uma drenagem eficiente e minimizando o risco de doenças relacionadas ao excesso de

umidade. A textura do solo facilita a penetração das raízes e a absorção de nutrientes essenciais para o crescimento da planta (Embrapa, 2021).

- **Conhecimentos Tradicionais e Cultura Local:** Os agricultores locais acumulam décadas de experiência no manejo do abacaxi, incluindo a seleção de mudas, o preparo do solo e o controle de pragas. Essas práticas são transmitidas entre gerações, preservando o saber-fazer e promovendo uma agricultura resiliente e adaptada às condições do semiárido (Matos, Sanches, 2011).

A Indicação de Procedência tem como objetivo proteger e valorizar produtos que possuem uma ligação direta com seu local de produção. No caso do abacaxi de Itaberaba, a certificação proporcionaria vários benefícios, como:

1. **Valorização Econômica:** A certificação aumenta o reconhecimento do produto no mercado, possibilitando que os agricultores obtenham preços mais altos pelo abacaxi. Isso contribui para a geração de renda e o fortalecimento da economia local (SEI, 2023).
2. **Proteção Contra Concorrência Desleal:** A certificação impede que produtos de outras regiões sejam comercializados como se fossem de Itaberaba, garantindo a autenticidade e a qualidade percebida pelo consumidor (Fernandes, Guedes, 2021).
3. **Promoção da Sustentabilidade:** A implementação de boas práticas agrícolas associadas ao terroir incentiva uma produção mais consciente, que respeita o meio ambiente e assegura a longevidade da atividade agrícola na região.

Por fim, o terroir é um componente estratégico para a consolidação da Indicação de Procedência, pois reforça a relação entre o abacaxi de Itaberaba e seu território. Ao evidenciar a singularidade desse produto, a certificação não apenas agrega valor econômico, mas também fortalece a identidade cultural e promove o desenvolvimento sustentável da região. Assim, o reconhecimento formal do terroir é um passo essencial para consolidar Itaberaba como uma referência nacional e internacional na produção de abacaxi de alta qualidade.

4 ANÁLISE DE VIABILIDADE PARA A O REGISTRO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO ABACAXI DE ITABERABA

O registro de uma indicação geográfica é um mecanismo que pode transformar diversos aspectos da produção agrícola local. A IG Abacaxi de Itaberaba é fundamental para os produtores rurais locais como forma de fortalecer a produção e promover o desenvolvimento, podendo entregar melhores condições de vida para os mesmos. A produção do Abacaxi de Itaberaba é importante para todos no município e para a Bahia, estabelecer formas de fortalecimento é algo necessário e que deve contar com o apoio de todas as instituições ligadas à produção.

4.1 A Indicação Geográfica (IG) como Estratégia de Proteção e Valorização

A indicação geográfica (IG) é uma ferramenta de grande relevância para a proteção e valorização de produtos regionais, especialmente aqueles cujas características estão intrinsecamente relacionadas ao local de produção. No Brasil, a IG é regulamentada pela Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996).

Essa regulamentação pode ser muito importante para os produtores, pois visa assegurar a exclusividade de uso do nome geográfico, resguardando-os contra práticas desleais de mercado e falsificação. Há ainda a possibilidade de valorização do produto, por meio do reconhecimento e notoriedade que o mesmo já possui entre os consumidores finais (INPI, 1996).

De acordo com a portaria 04, de 12 de janeiro de 2022 do INPI, existem duas possibilidades de registro: a indicação de procedência, que reconhece um local como referência na produção ou extração de um produto, e a denominação de origem, que vincula as qualidades e características do produto às condições naturais e humanas específicas de uma região. Essa regulamentação pode ser muito importante para os produtores, pois visa assegurar a exclusividade de uso do nome geográfico, resguardando-os contra práticas desleais de mercado e falsificação. Há ainda a possibilidade de valorização do produto, por meio do reconhecimento e notoriedade que o mesmo já possui entre os consumidores finais.

Historicamente, essa característica protecionista oriunda das leis de propriedade intelectual é o que norteia o principal motivo de existir a IG. A ferramenta serve, a priori, como uma estratégia de proteção frente a um mercado

capitalista desleal. Segundo Dallabrida (2015), ao empregar o sistema de propriedade intelectual, os países visam promover seu crescimento e desenvolvimento, aproveitando recursos que são explorados como ativos econômicos. Essa característica de ativo econômico não está desvinculada do caráter protecionista na IG.

O reconhecimento de um produto por meio da IG vai muito além da proteção contra possíveis falsificações, podendo ser uma importante estratégia para fortalecer a economia local. A IG promove o reconhecimento e mapeamento do território produtor, consolidando uma identidade que agrega valor ao produto, ao mesmo tempo em que amplia sua competitividade em mercados internos e externos por meio de um produto ainda mais valorizado (Brasil, 1996).

Há o favorecimento de organizações coletivas, frequentemente por meio de cooperativas e associações, que desempenham um papel crucial no fortalecimento da governança territorial junto às políticas públicas, essas estruturas possibilitam o acesso a mercados mais amplos e a implementação de práticas produtivas que promovem o desenvolvimento local (Caldas, 2005).

No caso do abacaxi de Itaberaba, a notoriedade alcançada pelo fruto no mercado nacional ilustra como o potencial da IG pode ser uma estratégia de valorização. A IG é também uma resposta às pressões impostas pela globalização e pelas dinâmicas do capitalismo, que frequentemente desvalorizam os produtos de pequenos e médios produtores em favor de grandes conglomerados (Costa, 2017). Ao registrar uma IG, os produtores asseguram a preservação da identidade cultural e das práticas produtivas locais, mitigando os impactos da competição desigual interna e externa, fortalecendo a produção local.

A IG é também uma estratégia muito forte de valorização do produto, pois além de garantir ao consumidor final que ele está comprando e consumindo o fruto específico daquela área, ela confere maior poder de negociação aos produtores, promovendo a uniformização dos padrões de qualidade e o aumento da autoestima coletiva, elemento importante para melhorar a produção (Caldas, 2005).

No entanto, o processo de implementação de uma IG é complexo e não está isento de desafios. A articulação entre os produtores, a cooperativa e o governo municipal principalmente é essencial para viabilizar o registro da IG, garantindo que o abacaxi produzido na região continue a ser reconhecido pela sua qualidade e pela sua ligação ao território. Afinal, a IG é muito mais do que uma ferramenta de

proteção apenas; ela é uma estratégia de valorização que integra aspectos econômicos, sociais e culturais. Sua implementação exige esforços conjuntos de produtores, cooperativas e instituições governamentais, além de políticas públicas que incentivem o fortalecimento das cadeias produtivas regionais(Costa,2017).

No caso do abacaxi de Itaberaba, o registro da IG pode representar um marco no desenvolvimento local, consolidando o município como referência nacional na produção do fruto e promovendo benefícios para toda a comunidade envolvida (Reverso Online, 2025).

4.2 Desafios e Oportunidades para a Implementação da IG

A implementação da Indicação Geográfica (IG) para o abacaxi de Itaberaba apresenta uma série de desafios, principalmente no que tange à organização dos pequenos produtores locais e à comprovação da notoriedade e reconhecimento do produto em relação ao território. A certificação de IG requer a criação de um sistema de governança eficiente, que unifique os produtores de abacaxi, assegure que todas as propriedades respeitem as normas estabelecidas e demonstre que o produto é amplamente reconhecido pelas suas características associadas à região (Garrido, 2019).

Um dos maiores desafios é a delimitação geográfica da área de produção. Para a concessão da IG, é fundamental demonstrar, de acordo com diversas fontes, a notoriedade e o reconhecimento da produção do abacaxi naquele território. Além disso, é crucial destacar que a utilização do método tradicional de cultivo, baseado na agricultura de sequeiro, representa um elemento essencial para a identidade do produto (Souza de Lima, 2024). Estudos detalhados sobre a notoriedade da cultura e a história de sua produção em Itaberaba também são necessários para embasar o registro da IG.

Apesar das dificuldades, a implementação da IG oferece grandes oportunidades para o município de Itaberaba. A certificação de Indicação Geográfica pode ser um fator decisivo na valorização do abacaxi local, tanto no mercado interno quanto em mercados internacionais. O reconhecimento oficial como um produto com qualidades singulares permitiria que o abacaxi de Itaberaba ganhasse maior visibilidade, possibilitando que seus produtores se destacassem diante da concorrência de outros estados e países (Silva, 2022).

Ademais, a IG tem o potencial de impulsionar o turismo rural, com a organização de eventos e atividades que conectem os consumidores diretamente ao processo produtivo, fortalecendo ainda mais a identidade local. Atividades como visitas a plantações, feiras temáticas e experiências de imersão cultural poderiam se tornar uma nova fonte de renda para a região.

Outro ponto positivo seria a contribuição da IG para o fortalecimento das cooperativas e associações de produtores, que desempenham papel essencial na organização da produção e comercialização. A certificação proporcionaria maior capacidade de negociação para os produtores, aumentando sua competitividade e consequentemente seus rendimentos. As cooperativas poderiam também atuar na disseminação de boas práticas agrícolas, garantindo a manutenção e melhoria da qualidade do produto ao longo do tempo (Tosta, Lopes, 2021).

Nesse contexto, a implementação de uma Indicação Geográfica não é apenas um desafio administrativo e técnico, mas também uma oportunidade de consolidar a identidade do abacaxi de Itaberaba como um produto de excelência, agregando valor à produção local e promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região.

4.3 Indicação Geográfica (IG) como Ferramenta de Valorização

A indicação geográfica é uma ferramenta de grande relevância para a proteção e valorização de produtos regionais, especialmente aqueles cujas características estão intrinsecamente relacionadas ao local de produção.

A Indicação Geográfica (IG) pode ser definida também como um instrumento jurídico utilizado para reconhecer a produção cujo produto tem características e qualidade estão fortemente associadas a um determinado território. No caso do abacaxi de Itaberaba, a IG poderia servir como uma importante ferramenta para proteger o processo produtivo e garantir a qualidade do produto, ressaltando suas peculiaridades relacionadas ao terroir da região semiárida baiana. A aplicação de uma IG permitiria a diferenciação do abacaxi de Itaberaba no mercado, valorizando-o como um produto genuíno e de alta qualidade, cuja produção é inextricavelmente ligada à geografia e ao saber local (Milano,2022).

A IG, como mecanismo de certificação, contribui diretamente para a construção de uma identidade territorial forte. Para os produtores de abacaxi de Itaberaba, esse reconhecimento oficial poderia aumentar a competitividade do

produto no mercado interno e externo, criando novas oportunidades de comercialização, especialmente em mercados de nicho que valorizam produtos de origem com qualidade diferenciada. A experiência de outras regiões do Brasil que obtiveram IG, como a do Queijo de Minas ou o Mel de engenho de Alagoas, demonstra que a certificação pode ser um impulsionador da economia local, melhorando a renda dos agricultores e incentivando a profissionalização do setor (Milano, 2022 ; Vardieiro,2024).

Além dos aspectos econômicos, a implementação da IG para o abacaxi de Itaberaba também teria implicações sociais e culturais. O processo de certificação de um produto pode fortalecer as cooperativas locais, promovendo a união dos produtores e a cooperação entre eles, permitindo que compartilhem recursos e conhecimentos técnicos (Tosta, Lopes, 2021). As cooperativas, além de serem instrumentos para a melhoria das condições de comercialização e organização da produção, funcionam como um elo importante na preservação dos saberes tradicionais e das práticas agrícolas sustentáveis. A IG, nesse sentido, não apenas protege o produto, mas também auxilia na preservação das técnicas tradicionais de cultivo, que são passadas de geração em geração e sustentam a identidade rural de Itaberaba (Tosta, Lopes, 2021, Vardieiro,2024).

Outro benefício importante da IG é seu potencial para promover práticas agrícolas responsáveis e sustentáveis. Quando um produto tem sua origem e características ligadas a práticas que respeitam o meio ambiente, a IG serve como um incentivo para os produtores adotarem técnicas mais ecológicas. No caso do abacaxi de Itaberaba, a cultura tradicional de sequeiro, que depende exclusivamente das chuvas e que respeita às limitações climáticas do semiárido, poderia ser reforçada pela IG como uma prática agrícola sustentável que protege os recursos naturais e a biodiversidade local (Fernandes, Guedes, 2021).

Além disso, a IG pode ser um importante fator para a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas locais, uma vez que incentiva a produção de alimentos com uma menor pegada ecológica e a manutenção de práticas agrícolas que são mais adequadas ao ambiente natural (Milano, 2022 ; Vardieiro,2024). A implementação da IG para o abacaxi de Itaberaba, portanto, poderia ser uma estratégia multifacetada, que alavancaria tanto a economia local quanto a sustentabilidade ambiental, preservando o legado cultural e histórico da cidade.

A IG é também uma resposta às pressões impostas pela globalização e pelas dinâmicas do capitalismo, que frequentemente desvalorizam os produtos de pequenos e médios produtores em favor de grandes conglomerados. Ao registrar uma IG, os produtores asseguram a preservação da identidade cultural e das práticas produtivas locais, mitigando os impactos da competição desigual interna e externa, fortalecendo a produção local.

A IG é também uma estratégia muito forte de valorização do produto, pois além de garantir ao consumidor final que ele está comprando e consumindo o fruto específico daquela área, ela confere maior poder de negociação aos produtores, promovendo a uniformização dos padrões de qualidade e o aumento da autoestima coletiva, elemento importante para melhorar a produção.

No entanto, o processo de implementação de uma IG é complexo e não está isento de desafios. A articulação entre os produtores, a cooperativa e o governo municipal principalmente é essencial para viabilizar o registro da IG, garantindo que o abacaxi produzido na região continue a ser reconhecido pela sua qualidade e pela sua ligação ao território, afinal a IG é muito mais do que uma ferramenta de proteção apenas, ela é uma estratégia de valorização que integra aspectos econômicos, sociais e culturais. Sua implementação exige esforços conjuntos de produtores, cooperativas e instituições governamentais, além de políticas públicas que incentivem o fortalecimento das cadeias produtivas regionais. No caso do abacaxi de Itaberaba, o registro da ig pode representar um marco no desenvolvimento local, consolidando o município como referência nacional na produção do fruto e promovendo benefícios para toda a comunidade envolvida.

4.4 Indicação Geográfica e a Propriedade Intelectual

A indicação geográfica (IG) é um conceito ainda em desconhecimento para muitos cidadãos e até mesmo para os produtores agrícolas. Apesar da pouca popularidade, a IG é uma ferramenta que ganha força com o passar do tempo em um mundo cheio de contradições e que é cada vez mais estudada por geógrafos, que reconhecem o seu potencial e assumem um papel de auxiliar nessa difusão, partindo da academia para o mundo (Dallabrida, 2014).

Discutir essa ferramenta no Brasil ganha um contorno especial, pois, segundo Dallabrida (2014), "a Indicação Geográfica ocorre desde a era Romana e na antiga

Grécia (século 4 a.C) como uma forma de proteger os produtos e atribuir punição aos que descumprissem as normas". Assim, ao utilizar o sistema de propriedade intelectual, as nações buscam, por meio deste, o crescimento e desenvolvimento, através de recursos que podem ser explorados como ativos econômicos, (APUD Câmara de Itaberaba (s.d.)).

Dessa forma, nações desenvolvidas vêm obtendo ganhos históricos com a IG, enquanto nações subdesenvolvidas pouco utilizam da mesma para seu desenvolvimento. O mundo atualmente vem passando por um processo de reordenação, nações emergentes cada vez mais se fortalecem dentro do seu ciclo, com aproximações econômicas antes impensadas e que se tornam concretas. Nesse contexto, a IG pode potencializar o desenvolvimento local associado a uma lógica mercadológica maior, num cenário do comércio internacional mais favorável para países como o Brasil.

Este subitem da propriedade intelectual é utilizado como uma ferramenta para reconhecer a origem geográfica de determinado produto ou serviço, que tenha alcançado uma reputação por sua produção ou devido às características naturais da sua origem geográfica. A IG é um instrumento muito importante para o desenvolvimento local, segundo Caldas (2005):

"As indicações de procedência e as denominações de origem asseguram, para um conjunto de produtores, reconhecimento, confiança, aumento da autoestima, uniformização da produção, competitividade intra e extra-região produtora e a garantia de espaço da região no mundo da competitividade.

A indicação geográfica (IG), segundo Caldas (2005), está atrelada a uma região especializada na produção e elaboração de determinado produto, que apresenta similaridades no processo de produção como um todo. Atualmente, no Brasil, é uma ferramenta normatizada pela Lei da Propriedade Industrial (LPI), que distingue a IG em dois tipos diferentes: a indicação de procedência e a denominação de origem. A primeira está disposta no art. 177 da LPI da seguinte forma:

Considera-se de procedência o nome geográfico de um país, cidade, região ou uma localidade de seu território, que se tornou conhecido como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de determinado serviço" (INPI, 1996).

Enquanto a denominação de origem, disposta no art. 178 da LPI, assim:

Considera-se denominação de origem o nome geográfico de um país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou

serviço cujas qualidades características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos" (INPI, 1996).

Com base nas definições descritas acima e nas etapas requeridas para o registro junto ao Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) das Indicações Geográficas, é possível realizar uma análise da produção do abacaxi no município de Itaberaba, sua notoriedade no mercado macro e micro, e aportar conhecimento científico quanto ao potencial que o fruto tem de se tornar uma indicação geográfica (INPI, 1996).

Atualmente no Brasil as indicações geográficas são normatizadas pela Lei da propriedade industrial (LPI), disposta na Portaria nº 04, de 12 de janeiro de 2022 do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que rege sobre as condições para o registro das Indicações Geográficas no Brasil.

É fundamental notar que existe um manual de indicações geográficas que instrui sobre o processo de registro disponibilizado pelo INPI, e já inicialmente deixa claro que as petições ou pedidos de registro de IG devem ser protocolados junto ao INPI exclusivamente pela internet, por meio do Sistema e-IG, disponível no portal do INPI.

Segundo a portaria citada, a IG se distingue em dois tipos diferentes: a indicação de procedência e a denominação de origem. As duas dispostas no art.9, parágrafos 1º e 2º da LPI respectivamente.

Dessa forma, o registro das Indicações Geográficas tem natureza declaratória, assim, previamente, os produtores devem analisar as condições locais para cumprir os requisitos necessários.

Ao analisar as duas possibilidades, o caso em estudo poderia se enquadrar nas duas formas de registro, mas é mais factível atrelar o registro a uma indicação de procedência (IP), vide o reconhecimento e a notoriedade da produção do Abacaxi no território municipal de Itaberaba.

Assim, devemos seguir analisando a portaria, direcionando o estudo do que é requerido para o registro de uma indicação de procedência.

Segundo o art.9, no §4º, é necessário as seguintes definições para ser uma indicação de procedência (BRASIL, 2022, p.3):

Para fins de Indicação de Procedência, considera-se que o nome geográfico tornou-se conhecido quando expressamente mencionado, por diferentes fontes, como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação do serviço assinalado.

Para cumprir essas especificações, o produto em questão tem que ser reconhecido pela sua repercussão em diferentes fontes como centro de produção, no caso do Abacaxi de Itaberaba. Apesar de possuir fatores naturais que influenciam diretamente em sua formação, como o solo, relevo e clima, o Abacaxi de Itaberaba é reconhecido entre seus mercados consumidores como um centro produtor do fruto na Bahia, alcançando uma notoriedade entre diferentes fontes por suas características e qualidades próprias.

Existem fontes que demonstram o reconhecimento do Abacaxi entre os mercados consumidores, como por exemplo artigos de revistas científicas, existem matérias jornalísticas de meios de comunicação como a rede globo de comunicação, a TV educativa da Bahia (TVE) que ressaltam a fama do Abacaxi de Itaberaba e valorizam a sua qualidade com a manchete “Abacaxi de Itaberaba é considerado o mais doce do Brasil”. Há ainda diversos artigos escritos pela Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia (SEAGRI), matérias jornalísticas de menor alcance por sites locais do município de Itaberaba e de sites relacionados à agropecuária.

Para ressaltar sua relevância, há ainda diversos trabalhos acadêmicos acerca da produção agrícola do Abacaxi de Itaberaba, abordando a sua cadeia produtiva, os impactos de sua produção no semiárido, o levantamento histórico da produção, as condições de trabalho e o manejo de agrotóxicos, entre outros.

Outro fator relevante é o humano e o seu saber fazer, a técnica aplicada naquele local e que torna aquele produto único, com a qualidade decorrente do processo de produção.

Analisando o local de estudo, o que é solicitado para realizar o registro é cumprido pela produção do Abacaxi em Itaberaba, vide que a produção do fruto passou por um processo de décadas de aperfeiçoamento, e a notoriedade e fama do fruto está intrinsecamente atrelada ao local produzido.

Segundo o Art. 14. da portaria, é possível requerer o registro de Indicações Geográficas, na qualidade de substitutos processuais, a associação, o sindicato, ou qualquer outra entidade que possa atuar como tal em razão da lei (BRASIL, 2022). Nesse aspecto a área produtora pode utilizar de uma estrutura já existente que é a

Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Frutas de Itaberaba (Coopaita), que possui 116 cooperados atualmente e que produz quase exclusivamente o abacaxi.

Pode haver uma dificuldade imposta nesse sentido no contexto local pois há segundo REINHARDT (ano) 1.200 produtores locais, divergindo e muito do número de cooperados, entretanto, no Art. 15. da portaria está explicitado que os demais poderão usar a Indicação Geográfica pois estão estabelecidos no local, desde que cumpram as disposições do caderno de especificações técnicas e estejam sujeitos ao controle definido. Ainda pode existir um cenário que os produtores optem pela criação de uma associação para fazer o registro independente da cooperativa.

Para realizar o pedido, segundo o Art. 16 da portaria nº 04, de 12 de janeiro de 2022 do INPI, o pedido de registro de Indicação Geográfica deverá referir-se a um nome geográfico, e deverá ser feito por requerimento eletrônico próprio, contendo de acordo com o inciso II, um caderno de especificações técnicas, constando (BRASIL, 2022, p.4):

- a) o nome geográfico, conforme descrito no §3º do art. 9º;
- b) descrição do produto ou serviço objeto da Indicação Geográfica;
- c) delimitação da área geográfica, nos termos do instrumento oficial previsto no inciso VIII;
- d) em pedido de Indicação de Procedência, a descrição do processo de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação do serviço, pelo qual o nome geográfico se tornou conhecido;
- e) em pedido de Denominação de Origem, a descrição das qualidades ou características do produto ou serviço que se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo os fatores naturais e humanos, e seu processo de obtenção ou prestação;
- f) descrição do mecanismo de controle sobre os produtores ou prestadores de serviços que tenham o direito ao uso da Indicação Geográfica, bem como sobre o produto ou serviço por ela distinguido;
- g) condições e proibições de uso da Indicação Geográfica;
- e h) eventuais sanções aplicáveis à infringência do disposto na alínea “g”.

O caderno de especificações técnica cumpre um papel importante no processo de registro, pois ele vai delimitar aspectos fundamentais para a IG como o nome geográfico, a descrição do produto no caso do abacaxi de Itaberaba, a delimitação da área geográfica da produção e principalmente os elementos de padronização que são fundamentais para garantir a qualidade do fruto a longo prazo.

O caderno de especificações técnica requer uma descrição detalhada do processo de produção do fruto pelo qual o nome geográfico ganhou reconhecimento. Quando falamos do abacaxi do abacaxi de Itaberaba, esse processo está bem definido, vide que segundo a cooperativa hoje os agricultores familiares utilizam a

técnica da indução floral, em cultura de sequeiro. Essa realidade dos produtores da cooperativa é uma realidade comum entre os produtores de forma geral pois, segundo Rodrigues et al. (2020) foi a partir da difusão dessa técnica que a produção aumentou nos anos noventa com o apoio técnico da EMBRAPA e da antiga Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), padronizando o processo de produção.

Os itens “f”, “g” e “h” do inciso requerem uma atuação de instituição centralizadora e participativa do processo de registro e de atuação posterior ao registro da IG, e como dito anteriormente, pode ser uma associação ou cooperativa pré existente.

Ainda no artigo 16, o inciso VI rege sobre a Indicação de Procedência, solicitando que para embasamento do pedido devem haver documentos que comprovem que o nome geográfico se tornou conhecido como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação do serviço. E esses documentos devem vir de diversas fontes. (BRASIL, 2022)

No caso do abacaxi Itaberaba, é facilmente atestado por diversas fontes a notoriedade do mesmo, desde estudos científicos e acadêmicos como dissertações e artigos científicos até matérias em revistas, sites e meios de comunicação como um todo valorizando e reconhecendo as características diferenciadas de qualidade do fruto oriundo daquele local produzido.

Existem uma quantidade significativa trabalhos científicos, como os artigos, que embasam a importância dessa produção para a Bahia, intitulados “Qualidades físicas e químicas do abacaxi comercializado na CEAGESP São Paulo”, “Cultura do abacaxi na Região de Itaberaba, em condições de sequeiro”, “Desafios para a sustentabilidade da cadeia produtiva do Abacaxi em Itaberaba, Bahia”, “Análise do Desenvolvimento Territorial no Cenário das Indicações Geográficas Reconhecidas na Bahia”, “Potencial de Indicação Geográfica para o Mel Produzido por Abelha sem Ferrão de Alagoinhas – Bahia”, “Análise temporal do uso e ocupação da terra no município de Itaberaba, Bahia, Brasil”, “Análise do processo gerencial de uma cooperativa”, “Indicação geográfica no território do sisal na Bahia: possibilidades e perspectivas”, entre outros.

É crucial para o processo também a delimitação geográfica da área de produção, no artigo 16 inciso VIII evidencia a necessidade de um instrumento oficial que delimita a área geográfica, conforme os seguintes itens (BRASIL, 2022, p.5):

- a) no qual conste a fundamentação acerca da delimitação geográfica apresentada de acordo com a espécie de Indicação Geográfica requerida;
- b) expedido por órgão competente de cada Estado, sendo competentes, no Brasil, no âmbito específico de suas competências, a União Federal, representada pelos Ministérios afins ao produto ou serviço distinguido pela Indicação Geográfica, e os Estados, representados pelas Secretarias afins ao produto ou serviço distinguido pela Indicação Geográfica;
- e c) elaborado com base nas normas do Sistema Cartográfico Nacional, exceto para as indicações geográficas localizadas fora do território nacional.

Para cumprir com esse requisito a área produtora precisa estar em conformidade com os itens acima e a área produtora do abacaxi em Itaberaba tem uma facilidade em relação à delimitação se os produtores optarem por utilizar a delimitação municipal, haja vista que o reconhecimento do fruto está intrinsecamente atrelado ao município de Itaberaba, independente do alcance que a produção possui.

Entretanto, é factível reconhecer que existe uma área plantada de abacaxi que extrapola os limites territoriais do município de Itaberaba, o que pode vir a ser uma questão de debate entre os produtores e de entrave em relação a delimitação, mas deriva deste debate alguns questionamentos óbvios, como: o abacaxi produzido, digamos, em laçu, é o mesmo de Itaberaba? ou quando o consumidor final compra o abacaxi dito de Itaberaba, ele está consumindo abacaxis de Itaberaba ou de Boa Vista do Tupim? Ademais, me parece claro que a delimitação pelos limites municipais é mais coerente com uma indicação geográfica do abacaxi produzido em Itaberaba, para além de facilitar um processo de delimitação, afinal o artigo nono parágrafo terceiro letra da seguinte forma: “Nome geográfico ou seu gentílico, que poderá vir acompanhado de nome do produto ou do serviço, é o nome usado comumente para se referir a um lugar em particular, a uma feição ou a uma área com identidade reconhecida na superfície terrestre.”(BRASIL, 2022, p.3)

Dentro dessa análise, pode se utilizar também a saída indicada pelo manual de indicações geográficas do INPI, que informa no caso de um nome de município se tornar conhecido, mas a área geográfica de extração, produção ou fabricação do produto, ou de prestação do serviço, abrange uma extensão maior ou menor do que a área geográfica reconhecida, o requerente pode ter a opção de escolher entre vários nomes. Isso significa que é possível adicionar o nome do produto ou serviço, ou ainda um complemento, se necessário. É importante ressaltar que a proteção do nome sempre estará sujeita à comprovação documental adequada.

Relembrando o que diz a portaria nº 04, de 12 de janeiro de 2022 do INPI, os artigos 19 e vinte regem acerca do exame preliminar para registro da IG, onde serão avaliados os documentos e posteriormente publicado para manifestação de terceiros interessados, enquanto o artigo vinte e dois letra sobre a decisão de concessão ou indeferimento do pedido de registro da Indicação Geográfica, no caso da área estudada de Indicação de procedência. Os demais itens da portaria regem em relação às possíveis alterações e recursos, algo que não será analisado aqui neste trabalho pois o intuito em analisar a portaria é enxergar a viabilidade do registro da IG na área produtora estudada, o que está disposto principalmente nos primeiros artigos da mesma.

É importante trazer também os aspectos do manual de indicações geográficas do INPI que norteiam o processo, trazendo uma linguagem mais direta e acessível. Para o manual, para o registro de uma indicação de procedência, é necessário se enquadrar enquanto centro de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação do serviço assinalado. No caso estudo pode se encaixar na definição do manual como centro de produção ou fabricação, definida como: (Manual, 2022, p.)

A área geográfica onde se produz ou fabrica um determinado produto. Refere-se a qualquer tipo de atividade destinada à produção, fabricação, transformação e beneficiamento de produtos, incluindo processos manufatureiros e artesanais. Também pode estar relacionada à criação de animais e ao cultivo de plantas. Exemplos: produção de mamão, fabricação de bolsas de couro e criação de suínos.

Está explícito nesse texto que é possível incluir a produção do abacaxi de Itaberaba como um centro de produção agrícola, como uma área destinada ao cultivo de plantas frutíferas para comercialização.

Analisando o todo, a geografia e a indicação geográfica se tornam mais íntimas com o passar do tempo e mesmo lentamente, avançam de forma a contribuir mais para o arcabouço teórico necessário. Essa contribuição lenta tem sido concomitante ao lento processo de conscientização da população sobre o conceito e a ferramenta é pouco utilizada.

Há a necessidade de se avançar nos registros pelo Brasil e principalmente no campo brasileiro, como na área estudada, pois ela pode ser uma ferramenta necessária para melhorias das condições de vida e viabilizar um desenvolvimento econômico necessário à vida das pessoas.

Analisando a portaria que instrui sobre o registro, fica claro que existe um potencial real do Abacaxi de Itaberaba se tornar uma indicação geográfica, do tipo de indicação de procedência, podendo se enquadrar em todos os requisitos solicitados, comprovando sua notoriedade e reconhecimento através de diversas fontes e utilizando dessa ferramenta para fortalecer a área produtora, que para além de todas as dificuldades encontradas na zona rural brasileira, enfrenta diversos desafios maiores e que às vezes fogem do controle dos produtores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi analisar a viabilidade do registro da Indicação de procedência Abacaxi de Itaberaba. Para tal, fez-se necessário analisar a evolução da produção de abacaxi no município de Itaberaba, destacando as influências de fatores econômicos, sociais e ambientais, além de avaliar o impacto das políticas públicas de fomento ao setor agrícola. A pesquisa evidenciou que Itaberaba ocupa uma posição de destaque na produção de abacaxi na Bahia, com significativa contribuição para a economia local, gerando emprego e renda para a população rural.

Ficou também evidente o reconhecimento da qualidade do produto em diversas fontes bibliográficas e a crescente notoriedade do município no mercado baiano refletem não apenas o esforço dos produtores, mas também o reconhecimento da atividade como um símbolo da identidade cultural da região.

O reconhecimento é fundamental para o registro da Indicação Geográfica da produção do abacaxi no município de Itaberaba. O trabalho deu conta de atestar a importância da produção no município e principalmente na Bahia, trazendo diferentes fontes bibliográficas e análises estatísticas em diversas escalas.

Ficou evidente que, segundo a portaria nº 04, de 12 de janeiro de 2022 do INPI, o registro da IG Abacaxi de Itaberaba é plenamente viável, com seus desafios a serem superados, porém com um potencial imenso e com evidentes melhorias no processo produtivo. Tamanho é o potencial do abacaxi produzido em Itaberaba se tornar uma IG que mesmo o trabalho se debruçando sobre a ótica mais provável de uma Indicação de procedência, fica evidente pelo decorrer do trabalho que existem fatores também que podem levar ao registro de uma denominação de origem.

O fortalecimento oriundo do registro é fundamental para proteção e valorização da produção, principalmente para dar estabilidade a um sistema produtivo que oscilou ao longo do tempo.

Contudo, a análise também revelou desafios importantes, como a competitividade crescente com outras regiões produtoras, especialmente no cenário nacional, e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais, que convivem com condições insalubres de trabalho, agravadas pela utilização de agrotóxicos. Além disso, um recorrente que ganha notoriedade está relacionado ao sistema produtivo, que depende exclusivamente da variabilidade climática, segundo

Rodrigues et al. (2020) é o principal desafio apontado pelos cooperados da Coopaita. Essa dependência dos índices pluviométricos locais se acentua quando o trabalho revela as características do semiárido baiano, com chuvas irregulares, sendo assim um fator de risco para a estabilidade da produção, impactando diretamente a produtividade e a qualidade do abacaxi.

É fundamental trazer que mesmo com os desafios impostos, de dependência das condições climáticas e pluviométricas, de manejo de agrotóxicos, pragas e problemas relacionados ao fruto, de falta de mão de obra e até de formação, a produção supera os desafios e é lidera isolada e com sobras no estado da Bahia e Itaberaba é o 16º município que mais produz no Brasil (IBGE, 2023). Essa resiliência é fundamental quando abordamos a produção por parte dos agricultores familiares no campo brasileiro, demonstra a força do povo camponês e mostra o potencial que o nosso semiárido tem.

Apesar dessas adversidades, a pesquisa trouxe à tona a importância de iniciativas de apoio e fomento, como o fortalecimento das cooperativas de produtores, que contribuem para a organização do setor e a melhoria das condições de trabalho. A cooperação entre os agricultores, o acesso a tecnologias agrícolas e a implementação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e a capacitação são fatores cruciais para garantir o futuro da produção de abacaxi em Itaberaba. Apesar de sua importância, não podemos esquecer que em muitos momentos o governo deixa a desejar enquanto estado e não ampara nem as cooperativas, nem os produtores, portanto apesar da importância no início da produção, não podemos desconsiderar que o governo é negligente em diversos momentos, principalmente com agricultores familiares.

Uma limitação do estudo refere-se à escassez de dados atualizados em algumas fontes oficiais, o que dificultou uma análise mais aprofundada de certos aspectos da produção e do mercado. Portanto, sugere-se que futuras pesquisas investiguem mais a fundo as questões ambientais, como o impacto das mudanças climáticas na produtividade, bem como a eficácia das políticas públicas voltadas para a saúde e segurança no trabalho rural.

Em síntese, o estudo contribui para a compreensão da dinâmica da produção de abacaxi em Itaberaba e viabiliza um princípio de estudo em relação ao registro da Indicação Geográfica Abacaxi de Itaberaba. Ao mesmo tempo, alerta para a necessidade de novas estratégias que ajudem a superar tantos possíveis desafios

do registro da IG num futuro próximo como também desafios hoje existentes na lavoura do abacaxi, contribuindo assim para a garantia da continuidade da atividade e também a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais.

A produção de abacaxi no município é de fundamental importância econômica e cultural, mas é necessário um esforço contínuo para superar os desafios identificados, e o registro da Indicação Geográfica seria um caminho possível para fortalecer a produção e os agricultores locais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 11.802/2023.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11802.htm.

BRASIL. **Lei nº 11.947/2009.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.** Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 maio 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 11 jan. 2025.

CALAÇA, L. A. **O campesinato e as ameaças do capitalismo no campo.** *Revista Brasileira de Sociologia Rural*, v. 21, n. 3, p. 120-137, 2021.

CALDAS, E. M. **Indicação Geográfica e Desenvolvimento Regional.** 2005.

Caldas, A. S. (2013). **Indicações Geográficas: marco regulatório e distribuição espacial.** In Caldas, A. S., Brito, C., Fonseca, A. A. M., & Pertile, N. (Eds.), *Gestão do Território e Desenvolvimento: novos olhares e tendências* (v. 1, pp. 127-152). Salvador: JM.

Caldas, A. S.; Araújo, C. C.; Coury, R. L. M., 2017. **As Indicações Geográficas (IGs) como estratégia de Desenvolvimento Territorial: desafios e potencialidades no Distrito de Maragogipinho, Aratuípe, BA.** *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, BA, ano XIX, v. 3, n. 38, p. 81-108, dezembro. <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v3i38.5032>

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA. Dados Municipais. Disponível em: <https://camaradeitaberaba.ba.gov.br/dados-municipais/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

CHAPADA: Em Itaberaba, produção de abacaxi de alta qualidade contribui com a geração de empregos no município. Disponível em: <https://jornaldachapada.com.br/2023/10/28/chapada-em-itaberaba-producao-de-abacaxi-de-alta-qualidade-contribui-com-a-geracao-de-empregos-no-municipio1/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

COOPAITAB. **Entrevista sobre o abacaxi de Itaberaba e sua importância cultural.** Coopaita, 2023.

CORRÊA, R. **As transformações das forças produtivas e os mercados globais.** *Revista Brasileira de Geografia*, v. 67, n. 2, p. 215-233, 2011.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **'Recantilados', entre o direito e o rentismo: grilagem judicial e a formação da propriedade privada da terra no norte de Minas.** 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2018.tde-09012018-154704. Acesso em: 2025-01-13.

DALLABRIDA, M. S. **Indicações Geográficas e a governança territorial**. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 71, n. 1, p. 45-60, 2016.

DE CASTRO, César Nunes. **Capacidade adaptativa às mudanças climáticas de agricultores familiares no semiárido brasileiro**. Texto para Discussão, 2024.

DE MATOS, A. P ; Sanches, N. F. *Cultura do abacaxi: sistema de produção para a Região de Itaberaba, Bahia*. 2011.

DE OLIVEIRA, Alini Nunes; DE SOUZA, Silvana do Rocio. AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS DE PRODUTOS ALIMENTARES: POSSIBILIDADES DE CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL GASTRONÔMICO. *Formação (Online)*, v. 28, n. 53, 2021.

EMBRAPA. **Agência Embrapa de Informação Tecnológica**. *Abacaxi: Cultivo e manejo*. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br>. Acesso em: 11 jan. 2025.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Abacaxi: Produção e Potencialidades no Semiárido Brasileiro**. Brasília: EMBRAPA, 2021.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Apoio à produção de abacaxi em Itaberaba**. Embrapa, 2023.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Produção de Abacaxi no Brasil**. Disponível em: <https://www.fao.org/abacaxi-brasil>. Acesso em: 11 jan. 2023.

FERNANDES, Claudia Ferreira; GUEDES, Cezar Augusto Miranda. GEOGRAPHICAL INDICATION IN THE CONTEXT OF AGRICULTURAL PRODUCTION IN BRAZIL AND ITS POTENTIAL A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO BRASIL E SUAS POTENCIALIDADES. 2021.

FERREIRA, Marco Aurélio Marques; BRAGA, Marcelo José. Diversificação e competitividade nas cooperativas agropecuárias. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, p. 33-55, 2004.

GARRIDO, Eduardo Cardoso. *Indicações geográficas na Bahia: a segurança jurídica do saber-fazer e os desafios e oportunidades pós concessão do registro*. 2019

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção de Abacaxi em Itaberaba**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/producao-abacaxi-itaberaba>. Acesso em: 11 jan. 2023.

IBGE. (2023). *Produção de Abacaxi em Itaberaba*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996)**. Disponível em: <https://www.inpi.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção agrícola municipal: abacaxi**. IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>

INCRA. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Relatório de Impacto** . Brasília: MDA, 2023.

LOPES, A. *et al.* **OS IMPACTOS AMBIENTAIS DA CULTURA DO ABACAXI NO BIOMA CAATINGA: A REGIÃO DO SEMI ÁRIDO BAIANO -ITABERABA -BAHIA**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/979269/1/ImpactosambientaisdaculturadoabacaxiCaatingaARISTOTELES.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

JORNAL DA CHAPADA.. Página inicial. Disponível em: <<https://jornaldachapada.com.br/2018/04/05/chapada-ruy-barbosa-tem-potencial-para-pratica-de-stand-up-pedal-confira-fotos-e-video/acude-senador-vilobaldo-alencar-e-m-ruy-barbosa-foto-divulgacao-6/>>. Acesso em: 05 de jan. de 2025.

MILANO, Marja Zattoni. Governança, sustentabilidade ambiental e indicação geográfica no Planalto Norte.2022.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Pronaf e PAA: políticas de incentivo à agricultura familiar**. Mapa, 2023.

POMPONET, A. R. **O mercado de abacaxi no Brasil e no exterior**. *Revista Brasileira de Economia e Mercado*, v. 25, n. 2, p. 101-115, 2007.

REVERSO ONLINE - Abacaxi nasce como “milagre” no semiárido baiano. Disponível em: <<https://www2.ufrb.edu.br/reverso/abacaxi-nasce-como-milagre-no-semiarido-baiano/>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

RODRIGUES, J. L. *et al.* DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DO ABACAXI EM ITABERABA, BAHIA. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)**, São Paulo, v. 11, n. 3, 2024. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/2056>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SDR.Secretaria de de Desenvolvimento Rural do estado da Bahia Página com matéria intitulada “Agricultores familiares de Itaberaba esperam aumento de 50% na produção de abacaxi”. Disponível em: <<https://www.sdr.ba.gov.br/noticias/2020-08-17/agricultores-familiares-de-itaberaba-e-speram-aumento-de-50-na-producao-de>> e <<https://www.sdr.ba.gov.br/noticias/2021-06-09/cooperativa-de-itaberaba-da-inicio-co-lheita-de-abacaxi-que-promete-ser-maior>>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

SEI. **Secretaria do Estado da Indústria. Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração da Bahia.** Itaberaba: Portal da Chapada. Salvador, 2023. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SEC-BA. Secretaria de educação do estado da Bahia Página inicial sobre os núcleos territoriais de educação. Disponível em: https://nte14.educacao.ba.gov.br/?page_id=6. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

Silva Júnior, R. **História e desenvolvimento socioeconômico do semiárido baiano.** Salvador: UFBA, 2007.

SILVA, Vagner Freitas da *et al.* Uso de Agrotóxicos na Cultura do Abacaxi e suas implicações na Saúde do Trabalhador Rural. 2022.

SOUZA DE LIMA, Erivan. DESENVOLVIMENTO DO ABACAXIZEIRO VARIEDADE TURIANÇA SUBMETIDO A ADUBAÇÃO COM NÍVEIS DE NITROGÊNIO E POTÁSSIO EM TERRA FIRME DA AMAZÔNIA CENTRAL. 2024.

TOSTA, Carlos Alberto Machado; LOPES, Gustavo Rodrigues. Análise do processo gerencial de uma cooperativa. **Estudos em Ciências Exatas e Tecnológicas**, p. 183.

VARDIERO, Loruama. Cafés especiais das montanhas do Espírito Santo: relação socioeconômica entre "terroir" e indicação geográfica. 2024.